

**PROGRAMA
EICOS**

ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



MESTRADO

MESTRADO

**“ ECOTURISMO E CULTURAS TRADICIONAIS -
ESTUDO DE CASO: MARTIM DE SÁ ”**

LAURA SINAY

Orientador(a): **MARTA AZEVEDO IRVING**

Dissertação defendida em
FEVEREIRO de 2002

MESTRADO

MESTRADO

MESTRADO

MESTRADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
EICOS – PROGRAMA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL

ECOTURISMO
E
CULTURAS TRADICIONAIS

Estudo de Caso:
Martim de Sá

Laura Sinay

2000-2002

ECOTURISMO E CULTURAS TRADICIONAIS

Estudo de Caso: Martim de Sá

Laura Sinay

Dissertação apresentada ao Programa EICOS /
Instituto de Psicologia da UFRJ como requisito para
o grau de Mestre em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Marta Irving (Orientadora)

Prof. Dr. Márcio D'Olne Campos (Co-orientador)

Prof. Dra. Rosa Pedro

Rio de Janeiro

2002

Sinay, Laura

Ecoturismo e Culturas tradicionais / Laura Sinay. Rio de Janeiro: UFRJ / CFCH, 2002.

X, 95 p. il

Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, CFCH.

1. Por que estudar o ecoturismo? 2. O processo de mudança cultural e o ecoturismo. 3. O Ecoturismo como tendência. 4. Conservação da natureza como premissa para o ecoturismo. 5. Metodologia. 6. Estudo de Caso: Martim de Sá. 7. Conclusões... Bibliografia.

Mestrado – UFRJ / CFCH / IP / EICOS. I. Título.

RESUMO

Enquanto alguns países têm o ecoturismo como a sua principal fonte de renda, o Brasil não explora a atividade de forma planejada, o que resulta, muitas vezes, na degradação do meio ambiente e na descaracterização da diversidade cultural local.

Assim sendo, este estudo pretende contribuir para a compreensão do processo de adaptação de uma comunidade tradicional ao fenômeno do ecoturismo e dar um alerta para a necessidade de considerar a identidade cultural das populações locais como bem patrimonial e como elemento de risco no planejamento da atividade.

Com esse intuito, foi realizado um Estudo de Caso, durante os anos de 2000 e 2001, com uma família residente na praia de Martim de Sá, caracterizada como caiçara. Essa comunidade foi escolhida, pois reside em um local onde o ecoturismo está apenas começando, fato que permitiu refletir a respeito das conseqüências da atividade. Martim de Sá, apesar de estar inserida nos limites de duas Unidades de Conservação da Natureza, está sobre forte ameaça de degradação ambiental devido a especulação imobiliária incentivada pelo crescimento do fluxo turístico sem planejamento e facilitado pela falta de fiscalização dos órgãos ambientais responsáveis por essas áreas.

Para o desenvolvimento do Estudo de Caso foram utilizadas nesta pesquisa a Observação Participante e as entrevistas estruturadas com a finalidade de caracterizar a comunidade local e os turistas e, a História de Vida, para a reconstituição da história do núcleo receptor.

ABSTRACT

While some countries have the ecotourism as its principal income source, Brazil doesn't explore the activity in a planned way, resulting, some times, in the environment degradation and in changes of the local culture.

This study intends to contribute for the understanding of the dynamics of the ecotourism and to give an alert for the need to consider the cultural identity of the local populations as patrimonial and as a element of risk when planning the activity at the coastal zones in the State of Rio de Janeiro.

With this intention, a Case Study was accomplished, during the years of 2000 and 2001, with a seaside family, inhabitant of the beach of Martim de Sá. This community was chosen because it resides at a place where the ecotourism is just starting, fact that allows to observe the way the activity modifies the local traditional culture. Martim de Sá is inserted in the limits of two Nature Conservation Units and suffers the threatens of land speculation due to the growth of the tourist flow without planning facilitated by the lack of fiscalization of the responsible environmental organs.

The methodologies used in this research were the Participant Observation and the structured interviews with the purpose of characterizing the local community and the tourists and the History of Life methodology to rebuild the history of the receiving nucleus.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 – Mapa de localização de Martim de Sá	40
Figura 2 – Registro fotográfico da Praia de Martim de Sá	49
Figura 4 – As relações de parentesco da família dos Remédios	52
Figura 4 – Registro fotográfico da família dos Remédios reunida para a audiência em Parati no dia 10 de outubro de 2000	52
Figura 5 – Registro fotográfico de Martim de Sá na trilha do Pouso da Cajaíba	53
Figura 6 – Registro fotográfico do lixo deixado pelos turistas em Martim de Sá sendo queimado	62
Figura 7 – Mapa das Unidades de Conservação da Natureza relacionadas à Martim de Sá	67
Figura 8 - Quadro comparativo entre as noções de comunidades tradicionais de DIEGUES (1996) e as observações de campo	67

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1 – Fluxo turístico em Martim de Sá no período entre o Carnaval de 1999 e o de 2001	54
Gráfico 2 – Meios de divulgação de Martim de Sá	54
Gráfico 3 – Distribuição etária dos turistas entrevistados em Martim de Sá	55
Gráfico 4 – Escolaridade dos turistas entrevistados em Martim de Sá	55
Gráfico 5 – Local de origem dos turistas entrevistados em Martim de Sá	56
Gráfico 6 – Renda dos turistas entrevistados em Martim de Sá	56
Gráfico 7 – Número de visitas a Martim de Sá pelos turistas entrevistados	57
Gráfico 8 – Motivações para a escolha do destino turístico pelos turistas entrevistados em Martim de Sá	58
Gráfico 9 - Aspectos positivos e negativos da viagem identificados pelos turistas entrevistados em Martim de Sá	59
Gráfico 10 – Outros destinos turísticos visitados pelos turistas entrevistados em Martim de Sá	60
Gráfico 11 – Os costumes de acampamento dos turistas entrevistados em Martim de Sá	61
Gráfico 12 – Sugestões dos turistas entrevistados em Martim de Sá para o desenvolvimento do ecoturismo em Martim de Sá	63

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

FUNAI – Fundação Nacional de Apoio aos Índios

IEF – Instituto Estadual de Florestas

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organização não governamental

UC – Unidades de Conservação da Natureza

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

LISTA DE ANEXOS

I – Roteiro de entrevista aplicado aos turistas

II - Roteiro de entrevista aplicado aos caiçaras

III – Reportagem da Revista Terra a respeito de Martim de Sá

IV – Reportagem do Jornal do Brasil na Revista de Domingo a respeito de Martim de Sá

SUMÁRIO:

1. POR QUE ESTUDAR O ECOTURISMO?	13
2. O PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL E O ECOTURISMO	18
3. O ECOTURISMO COMO TENDÊNCIA	26
4. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA COMO PREMISSA PARA O ECOTURISMO	32
5. ESTUDO DE CASO: MARTIM DE SÁ	41
5.1.1 A ABORDAGEM METODOLÓGICA	42
5.1.2 A ABORDAGEM METODOLÓGICA EM MARTIM DE SÁ	44
5.2 A HISTÓRIA DE MARTIM DE SÁ CONTADA POR SEUS MORADORES	49
5.3 O TURISMO EM MARTIM DE SÁ	54
5.4 O CONFLITO DA TERRA	65
5.5 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA RELACIONADAS COM MARTIM DE SÁ	67
5.6 A IDENTIDADE CULTURAL LOCAL	74
5.7 RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM MARTIM DE SÁ	81
5.8 REFLEXÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO DE CASO	83
6. REFLEXÕES A RESPEITO DO ECOTURISMO	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

DEDICATÓRIA

Gostaria de agradecer a todos que me ajudaram por este caminho um a um, mas foram tantas as pessoas que corro o risco de cometer injustiças. Porém, não posso deixar de agradecer às pessoas que me acompanharam até aqui:

- meus pais;
- minha orientadora Profa. Marta Irving;
- Professores Márcio D’Olne, Rosa Pedro, Alceu Magnanini e Valderez;
- Seu Maneco, Dona Lorença, Dona Capitulina, Lilian, Joãozinho, Cida e Cidinéia;
- Flavitz, Gringo, Glick, Patrick e Leo;
- Alexandra.

E a CAPES pela concessão da bolas de estudos para o curso de mestrado na UFRJ.

Muito obrigada a todos!!!

1. POR QUE ESTUDAR O ECOTURISMO?

O turismo é a atividade que mais movimentou recursos humanos e financeiros no mundo. Dentre os seus segmentos, o que mais cresce é o ecoturismo, cerca de 20% ao ano, devendo, em 2005, atingir 15% do movimento total de turistas. (IRVING, 1999)

Enquanto alguns países têm o ecoturismo como a sua principal fonte de renda, o Brasil, um dos países mais ricos do mundo em termos ambientais e culturais, não explora a atividade de forma planejada em suas áreas naturais, o que resulta, muitas vezes, na degradação do meio ambiente e na descaracterização da diversidade cultural local, como é possível perceber em tantas praias e comunidades tradicionais brasileiras como em Trindade (RJ), na Ilha Grande (RJ), na Guarda do Embaú (SC), entre tantas outras¹.

Em muitos ambientes naturais conservados, encontram-se comunidades tradicionais que se caracterizam por habitar ecossistemas frágeis, isolados dos grandes centros, de onde retiram seu sustento sem causar a escassez dos recursos. São conhecedoras de técnicas de manejo da natureza, o que lhes permite viver durante várias gerações no mesmo local sem depredar os recursos naturais. Essa condição é, possivelmente, decorrente da necessidade do contínuo uso da terra e do mar, das conseqüentes representações da comunidade a respeito do meio ambiente e do seu uso, do restrito contato com as sociedades urbanas e dos limitados hábitos de consumo. (DIEGUES, 1996)

¹ Observações da autora

O Brasil, no intuito de proteger seus ecossistemas, onde muitas vezes residem comunidades tradicionais, estabeleceu uma política de gestão ambiental que demarca áreas naturais para a proteção do patrimônio natural em âmbito nacional. Tais áreas são denominadas Unidades de Conservação da Natureza (UC) e são reguladas por leis próprias que, em certos casos, tornam ilegais algumas das práticas de subsistência das populações residentes, como por exemplo a caça, a extração de madeira, a pesca de algumas espécies, etc. Essa situação tem gerado conflitos entre os órgãos fiscalizadores, que tentam preservar a fauna e a flora, e os habitantes locais, que desejam alimentar a sua família e sobreviver em harmonia com a natureza.

Concomitantemente à criação das UCs e as restrições impostas às comunidades tradicionais nesses espaços, o número de turistas em áreas naturais vem crescendo e a renda proveniente do turismo vem, em alguns casos, suprimindo as necessidades locais geradas pelas restrições impostas pela legislação ambiental.

A relação entre os turistas e as comunidades tradicionais, tende a modificar, além da base da economia local e dos afazeres cotidianos, as representações do grupo, que não voltam ao seu “cotidiano” nos períodos de menor fluxo turístico. Mesmo considerando que as mudanças culturais sejam um processo natural aos seres humanos, elas não devem acontecer de forma repentina e sim com tempo para que a comunidade possa se adaptar e escolher as mudanças que quer assimilar (CARTER, 1999). Conforme menciona Imbang (1991) em suas notas de aula no colégio da comunidade de Chambri na Oceania:

“ When there is development there is always changes. We must choose the best way to cause the development”. (GEWERTZ apud ERRINGTON, 1991:1)²

² “Onde há desenvolvimento, há sempre mudança. Nós temos que escolher o melhor caminho para provocar o desenvolvimento”

Para que os benefícios do turismo sejam potencializados e seus impactos negativos minimizados, deve ser assegurado o planejamento para o desenvolvimento da atividade no qual diversos fatores devem ser levados em consideração como: a relação entre os turistas e as comunidades tradicionais, a riqueza e a diversidade da fauna e da flora, o nível de poluição das águas, as questões de saúde, apenas para citar alguns.

A legislação referente às UCs impõe que as áreas naturais protegidas tenham um Plano de Manejo e que este seja elaborado com a participação das comunidades tradicionais – o que está de acordo com as necessidades da atividade turística -. Porém, o engajamento e o planejamento comunitário não têm ocorrido devido a fatores como a falta de interesse político, a falta de pessoal nos órgãos oficiais responsáveis e a carência de estudos que indiquem a maneira mais adequada para que tal planejamento seja efetivado.

Como poucos estudos têm sido realizados a respeito da dinâmica das comunidades tradicionais em geral - e em específico as que habitam na zona costeira do Estado do Rio de Janeiro - , com relação ao desenvolvimento turístico, não existem muitos dados para a formulação de roteiros de planejamento e gestão de espaços naturais, o que intensifica os riscos e os impactos negativos no ambiente natural e aumenta a vulnerabilidade das culturas tradicionais.

A vulnerabilidade das culturas tradicionais, quando em contato com o fenômeno turístico, tem sido evidente, fato que se torna ainda mais grave quando observadas as taxas de crescimento do fluxo turístico no mundo e, em especial, no Brasil.

Os impactos negativos e positivos do turismo estão diretamente relacionados com o volume, a frequência, o tempo de permanência e o perfil do fluxo turístico, além da infra-estrutura e dos serviços do local. Por exemplo, a Reserva Ecológica de Punta

Tombo, na Patagônia Argentina, é local de reprodução de pingüins e, desde que se tornou ponto de visitação turística, os animais ficaram mais protegidos, devido não só às verbas arrecadadas na entrada da reserva, como também, pela conscientização dos turistas a respeito da necessidade de preservação. Porém, a chegada dos navios de turismo aumentou o número de visitantes que transitam ao mesmo tempo entre os animais, tornando a atividade prejudicial ao sistema local. Sendo assim e visando diminuir os prejuízos causados pelos turistas é conveniente e necessário estabelecer parâmetros adequados para o desenvolvimento da atividade³.

No caso do turismo realizado em locais onde residem comunidades tradicionais a mesma tendência negativa é observada e os impactos gerados dependem dos fatores mencionados e, também, do preparo da comunidade e do núcleo receptor para o desenvolvimento da atividade.

Com esse enfoque, a hipótese inicial desta pesquisa é que o ecoturismo pode auxiliar na conservação das culturas tradicionais. Este trabalho foi realizado com a finalidade de contribuir para a compreensão do processo de adaptação de uma comunidade tradicional ao fenômeno ecoturístico, no sentido de auxiliar no futuro planejamento da atividade. Com esse intuito, foi realizado um Estudo de Caso, durante os anos de 2000 e 2001, com uma família residente na praia de Martim de Sá, caracterizada como caiçara.

Essa praia está localizada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, a 45° Sul e 23,5° Leste, inserida nos limites de três áreas protegidas: a Reserva Ecológica da Juatinga, a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e a Reserva da Biosfera.

³ Observações da autora

Os caiçaras de Martim de Sá foram escolhidos para o estudo de caso por que:

- sustentam hábitos e tradições desde antigas gerações, o que foi facilitado pelo difícil acesso a esta praia. Porém, os avanços da tecnologia vêm propiciando o acesso ao local, com a substituição das canoas a remo pelas lanchas a motor, o que acelera o traslado da comunidade e dos turistas;
- o limitado número de habitantes em Martim de Sá permite uma minuciosa pesquisa qualitativa, além de viabilizar a conclusão do estudo no tempo previsto para a conclusão da dissertação de mestrado;
- o ecoturismo é a forma real pela qual eles estão sendo inseridos no mundo globalizado;
- estão sob forte risco de exclusão econômica e social devido à queda da renda familiar ocasionada pela diminuição da pesca na região, que é a atividade tradicional da comunidade, pela especulação imobiliária, pelos interesses políticos...;
- pelo simples respeito à diversidade cultural.

2. O PROCESSO DE MUDANÇA CULTURAL E O ECOTURISMO

Há aproximadamente quatro milhões de anos nasceu um animal na Terra que com audição, olfato, visão e velocidade deficientes teve que inventar uma maneira para sobreviver (GARRATY e GAY, 1981; MORRIS, 1967). Logo ele descobriu que sua sobrevivência, tanto como indivíduo quanto como espécie, seria mais fácil em grupo (FREUD, 1927; MORRIS, 1967). Assim, em grupo, refletiu e pensou durante mais de dois milhões de anos, até que inventou as ferramentas de pedra. Pensou durante mais um milhão de anos e, então usou, controladamente, o fogo. Refletindo e pensando, em grupos, durante todo esse tempo foram acumulando conhecimento para que, dessa maneira, as novas gerações pudessem começar o seu desenvolvimento a partir do ponto que as antigas haviam parado. Desde então, esses grupos vêm adaptando suas necessidades ao meio e o meio às suas necessidades. (GARRATY e GAY, 1981)

Há cerca de dez mil anos o planeta sofreu uma grande mudança: a temperatura aumentou, as geleiras derreteram, o nível dos oceanos se elevou e regiões, até então úmidas, secaram. Enquanto diversas espécies entravam em processo de extinção, o animal de audição, olfato, visão e velocidade deficientes tentou novamente sobreviver (MORRIS, 1967). Para tal, cada grupo refletiu, pensou e, enfim, alguns conseguiram se adaptar, cada um de uma maneira diferente. Cada uma dessas maneiras de adaptação constitui o que hoje é denominado diversidade cultural. (GARRATY e GAY, 1981; MORRIS, 1967)

A cultura é a característica que distingue o *Homo sapiens* dos demais animais. Consiste em padrões de pensamento e, conseqüentemente, de comportamento, características de linguagem, idéias, crenças, costumes, códigos, instituições, ferramentas, técnicas, trabalhos artísticos, rituais, cerimônias e de outros valores transmitidos coletivamente e típicos de uma civilização. (LARAIA, 1989; HOLANDA, 1985; COLE & SCRIBNER, 1974)

A cultura é a maneira pela qual os seres humanos puderam, podem e poderão pensar diferentes maneiras de se adaptar ao meio. A tecnologia, a economia de subsistência e os elementos da organização social diretamente ligados à produção constituem o grande foco para a adaptação humana. Assim, qualquer sistema cultural está em constante processo de modificação. (LARAIA, 1995; COLE & SCRIBNER, 1974)

Como o ser humano não só inventa mecanismos a fim de adaptar-se, mas também inventa regras para inventar os mecanismos, e não somente usa a linguagem, mas tem consciência da linguagem que usa (DAMATTA, 1992; LEVI-STRAUSS, 1989), então, a cultura não se resume às respostas específicas a certos desafios propostos pelo meio, mas às respostas únicas que nenhum outro animal foi capaz de articular.

“O ponto essencial é que o Homem não inventa a canoa só porque deseja cruzar o rio ou vencer o mar, mas inventando a canoa ele toma consciência do mar, do rio, da canoa e de si mesmo. Se o Homem faz a si próprio, é preciso também não esquecer que ele assim procede porque pode ver-se a si mesmo em todos os desafios que enfrenta e em todos os instrumentos que fabrica.” (DAMATTA, 1992:33)

A escolha por uma (dentre infinitas) formas de se adaptar aos estímulos impostos pelo meio, às regras e à linguagem se traduzem em maneiras próprias de ser, estar e representar o mundo e estas fazem com que cada indivíduo se identifique com um determinado grupo, assim como este o reconhece como sendo parte dele (SCHEINER, 2000). Esse reconhecimento no / do grupo forma as identidades culturais.

A identidade cultural - os traços específicos que definem quem pertence ou não ao grupo - é formada pelas características próprias de uma determinada comunidade e é o que a diferencia das demais. Os grupos culturais são diferenciados e definidos pelo uso de regras, de representações, de linguagem e pelas “formas de organização social em populações cujos membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias da mesma ordem.” (BARTH, 1969:11 *apud* CARDOSO, 2000: 6)

São, portanto, as identidades culturais que diferenciam os grupos humanos, já que estes não se separam por espécies mas pela organização de suas experiências e pelo modo como classificam suas realidades internas e externas (LEVI-STRAUSS, 1989). Como a identidade cultural não é definida por um fator biológico, então, um indivíduo pode se transformar em membro de uma ou outra sociedade, adotando seus costumes, casando com seus integrantes, rezando a seus espíritos e deuses, utilizando as suas leis... enfim, adotando sua identidade cultural. (DAMATTA,1992)

Existem dois tipos de mudança cultural: uma interna, resultante da dinâmica do próprio sistema, e uma externa, resultado do contato de um sistema cultural com outro⁴ (BARROS; 1989).

A mudança cultural externa, ou seja, a que ocorre na interação entre culturas diferentes acontece quando há percepção de diferença entre os grupos. Está, portanto,



4 Este é o processo de mudança cultural mais atuante na maior parte das sociedades humanas

relacionada com a percepção da identidade cultural na diferença, na alteridade. A identidade cultural, portanto, se percebe na relação entre o próprio grupo e os demais, na diversidade cultural. (SCHEINER, 2000; CLAIR, 1976; DAMATTA, 1992)

No transcorrer do tempo, as culturas se transformaram e, na atualidade, uma se sobressaiu as demais em quantidade de indivíduos. Essa cultura deu origem a sociedades que são caracterizadas por habitar áreas, predominantemente, urbanas, onde é possível comprar todos os elementos necessários para sua sobrevivência. Essas sociedades se desvincularam, parcialmente, da natureza e, assim, agrediram a base dos recursos naturais mais do que qualquer outra, produzindo por ano, no presente, cerca de trinta milhões de toneladas de lixo, emitindo, no mesmo período, 400 toneladas de gás carbônico na atmosfera, dificultando a 1,3 milhões de pessoas o consumo de água potável, aquecendo o planeta, derretendo geleiras, aumentando o nível dos oceanos e diminuindo a diversidade biológica e cultural (BARBOSA, 2001). Essa condição é, possivelmente, decorrente das representações das sociedades urbanas a respeito do meio ambiente, do seu uso e dos elevados padrões de consumo.

Tendo em vista a necessidade direta e constante do ar e da água tornou-se evidente e urgente a formulação de um nova maneira de desenvolvimento pelas sociedades urbanas, ou seja, de uma mudança cultural que tendesse à conservação dos recursos naturais.

Enquanto as sociedades urbanas evoluíram desse modo, as comunidades tradicionais criaram fórmulas sustentáveis de sobrevivência, com inventos que vêm sendo desenvolvidos durante centenas de anos e que podem ser identificados nas formas de caça, de pesca e de lavoura (RIBEIRO, 1997). Elas detêm um profundo conhecimento dos ciclos naturais, o que tem permitido a conservação da natureza. Esse

conhecimento, e a conseqüente conservação ambiental, deve-se, possivelmente, ao fato de que suas principais atividades (econômicas) estão vinculadas diretamente à natureza. As comunidades tradicionais têm reduzida acumulação de capital e não costumam utilizar força de trabalho assalariado. A baixa densidade populacional dessas comunidades, o seu limitado desenvolvimento tecnológico e os limitados padrões de consumo resultam, conseqüentemente, em baixos níveis de poluição e de impactos ambientais. As comunidades tradicionais pertencem e se apropriam de um mesmo território durante várias gerações, onde se reproduzem econômica, social e simbolicamente. Elas dão importância à unidade familiar, às simbologias e aos rituais, principalmente, quando associados à caça e à pesca. (DIEGUES, 1996)

Como exemplos de comunidades tradicionais, no Brasil, é possível citar os sítios e roceiros tradicionais, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas, os indígenas, os ribeirinhos, os quilombolas e as comunidades caiçaras. (DIEGUES, 1994)

Além da religião e dos veículos convencionais de comunicação como a televisão e o rádio, o desenvolvimento do ecoturismo é, também, um dos fatores que pode acelerar o processo da mudança cultural em comunidades tradicionais (SMITH, 1989 *apud* CARTER, 1999; MENDONÇA, 2001) que, muitas vezes, não detêm o controle da mudança provocada pelo contato com a cultura urbana, capitalista, política e economicamente influente. (NASH, 1989 *apud* CARTER, 1999)

Apesar de natural, a mudança cultural, quando acontece de forma repentina pode, ou tende, a ter conseqüências negativas, como é possível perceber em diversos grupos culturais no Brasil, quando e onde comunidades tradicionais adotaram hábitos típicos das sociedades urbanas, incompatíveis com a sustentabilidade local.

O constante contato entre diferentes culturas, intensificado com a atividade do ecoturismo, torna cada vez mais difícil que os indivíduos das comunidades tradicionais se identifiquem com o seu próprio grupo.

A tentativa de resgate ou recriação das tradições de cada povo auxilia na identificação de pontos de referência para a formação de novas identidades culturais, pois é pela tradição que se vivenciam as regras da sociedade, de modo consciente e responsável. Segundo DAMATTA (1992) “sem tradição as sociedades são sistemas coletivos sem cultura”.

Sendo assim e considerando que, segundo FREUD (1927), “quanto menos um homem conhece a respeito do seu passado e do presente, mais inseguro terá de mostrar-se seu juízo do futuro”, então, a manutenção das matrizes culturais das comunidades tradicionais é absolutamente necessária pois, sem elas, o grupo não terá consciência de seu estilo de vida e, ter consciência, é poder ser socializado e se situar diante de uma lógica de inclusões necessárias e exclusões fundamentais, num diálogo entre o que somos, as possibilidades do que poderíamos e o que não deveríamos ser (DAMATTA, 1992). Segundo o mesmo autor:

“A tradição viva e a consciência social submetem a responsabilidade. E responsabilidade significa excluir possibilidades e isso diz respeito a formas de escolhas entre muitos modos de pensar, perceber, classificar, ordenar e praticar uma ação sobre o real. Uma tradição viva é, pois, um conjunto de escolhas que necessariamente excluem formas de realizar tarefas e de classificar o mundo...” (DAMATTA, 1992:48)

Se, por um lado, o contato cultural induz à mudança cultural, não necessariamente tende à formação de uma única identidade cultural, mesmo atenuando alguns traços identitários característicos pois, pode, também, o contato cultural propiciar o

questionamento (BARROS, 1989) cuja falta, segundo BAUMAM (1999), é o problema da civilização moderna:

“ O problema da condição contemporânea de nossa civilização moderna é que ela parou de questionar-se. Não formular certas questões é extremamente perigoso, mais do que deixar de responder às questões que já figuram na agenda oficial; ao passo que responder o tipo errado de questões com frequência ajuda a desviar os olhos das questões realmente importantes. O preço do silêncio é pago na dura moeda corrente do sofrimento humano. Fazer as perguntas certas constitui, afinal, toda a diferença entre sina e destino, entre andar à deriva e viajar. Questionar as premissas supostamente inquestionáveis do nosso modo de vida é provavelmente o serviço mais urgente que devemos prestar aos nossos companheiros humanos e a nós mesmos.” (BAUMAM, 1999: 11).

Então, o questionamento provocado no contato entre os turistas e as comunidades tradicionais pode acarretar em uma mudança no desenvolvimento de ambos os grupos. Porém, tipicamente a relação entre os turistas e as comunidades tradicionais não tem induzido ao questionamento e sim à descaracterização cultural da população local, pois iniciativas de conservação e manejo de recursos naturais com boas intenções, porém sem a participação comunitária, têm ignorado e destruído muitos povos tradicionais. (RAMPHAL (1993), DIEGUES (1994), COMISSÃO PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1987) e CLAY (1985) *apud* DIEGUES (1996)) Segundo a COMISSÃO PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (1987):

“Os povos tribais e indígenas vão requerer especial atenção, já que as forças do desenvolvimento econômico conturbam seus estilos tradicionais de vida – estilos que muitas lições têm a dar às sociedades modernas no tocante à administração de recursos em ecossistemas complexos de florestas, montanhas e terras áridas. Alguns desses povos estão ameaçados de extinção devido a um desenvolvimento insensível, sobre o qual não têm qualquer controle. Seus direitos tradicionais deveriam ser reconhecidos e eles deveriam ter voz ativa na formulação das políticas relativas

ao desenvolvimento de recursos nas áreas onde vivem.”
(CMAD:13)

Para CLAY *apud* DIEGUES (1996):

“Nós conhecemos muito pouco sobre como esses ecossistemas se desenvolveram, como eles funcionam e como podem ser adaptados para fazê-los mais produtivos e ecologicamente saudáveis. Sabemos, no entanto, que a chave para empreendimentos sustentáveis em ambientes frágeis começa com as comunidades tradicionais. Seu conhecimento é valioso para o futuro do ambiente da terra e dos povos. No entanto, nós nunca conheceremos esses ambientes se os povos que o desenvolveram continuam a ser destruídos ou impedidos de continuar seu modo de vida tradicional.” (CLAY, 1985 *apud* DIEGUES, 1994: 102)

É, então, importante que as iniciativas de conservação incluam a participação comunitária e que o ecoturismo seja planejado de modo a influenciar na reflexão dos turistas e das comunidades tradicionais a respeito da noção de desenvolvimento.

3. O ECOTURISMO COMO TENDÊNCIA

O turismo consiste no conjunto de relações e fenômenos produzidos no deslocamento e na permanência de pessoas fora de seu local de domicílio. É uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de integração entre povos. (SINAY,1998)

O turismo pode, ou deveria:

- promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade receptora,
- facilitar o intercambio cultural e
- contribuir para a conservação dos patrimônios naturais e culturais.

As leis trabalhistas e previdenciárias, com a redução da carga horária, com a garantia da aposentadoria e com as férias anuais, vêm resultando (desde a Revolução Industrial) no aumento do tempo livre que é, muitas vezes, ocupado com atividades de lazer e de cultura. O turismo encontra-se, portanto, em um processo de crescimento contínuo, tornando-se, junto com as guerras, responsável, na atualidade, pela maior movimentação de recursos financeiros e humanos no mundo.

Quando o crescimento do fluxo turístico passa a ser contínuo e descontrolado, então a atividade tende a gerar impactos negativos ao ambiente natural, a acelerar a descaracterização cultural das comunidades residentes nos destinos turísticos e a gerar impactos indesejáveis na dinâmica social local.

Os ideais de sustentabilidade natural e cultural são alguns dos objetivos do Plano Nacional de Turismo de 1981, que coloca a atividade como uma forma “de promover a

valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do Homem como destinatário final do desenvolvimento turístico” (BECKER, 1995). Os objetivos do Plano Nacional de Turismo compreendem, entre outros, reduzir as disparidades sociais e econômicas regionais, estimular a criação e a implantação de equipamentos destinados a atividades de expressão cultural, a melhor distribuição da renda regional, a proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.

Devido a diversos fatores, o turismo, no Brasil, tem sido caracterizado como sendo altamente prejudicial ao meio ambiente e à população local, o que acabou por gerar a necessidade da distinção acadêmica entre o turismo que acontece espontaneamente, sem prévio planejamento, e o denominado Turismo Sustentável que é planejado e organizado de maneira a assegurar a sustentabilidade da atividade.

O objetivo do turismo sustentável é a administração de todos os recursos, de tal modo que possam ser supridas as necessidades econômicas, sociais e estéticas no núcleo receptor, mantendo a sua integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica e cultural (OMT, 2000), o que não difere dos objetivos do próprio turismo se bem planejado, conforme mencionado a seguir:

“A proteção, o enriquecimento e a melhoria de diversos componentes do ambiente humano estão entre as condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo. Da mesma maneira, o gerenciamento racional do turismo pode contribuir de forma significativa para a proteção e desenvolvimento do ambiente físico e do patrimônio cultural como também à melhoria de qualidade de vida ... o turismo aproxima as pessoas e cria consciência sobre as diversas formas de vida, tradições e aspirações.” (Declaração de Manilha *apud* IRVING, 1998)

Dentre os segmentos do turismo, o que mais tem crescido, até cerca de 20% ao ano, é o que acontece em áreas naturais (IRVING 1999). Em 1997, o ecoturismo representava 10% do fluxo total de turistas. Em 1998, foi responsável pela movimentação mundial de entre 157 e 236 milhões de turistas. (PROECOTUR, 1997)

Os parques nacionais no oeste dos Estados Unidos recebem por ano, em média, 270 milhões de visitantes e, os parques estaduais, mais de 500 milhões⁵. A Costa Rica recebe 700.000 ecoturistas no mesmo período. **Parques** como Masai Mara (Quênia), Kruger (África do Sul), Grand Canyon, Yellowstone (Estados Unidos) recebem ao menos o **dobro** de ecoturistas que **todo o Brasil**. (PROECOTUR, 1997)

O Quênia, em 1988, arrecadou cerca de US\$ 400 milhões em divisas externas com o ecoturismo. O governo da Ruanda arrecada cerca de US\$ 1 milhão por ano com o pagamento de ingressos a parques e US\$ 3 milhões com outros gastos para a observação de gorilas. Em 1991, a Austrália recebeu 500 milhões de dólares com recursos de visitantes da Grande Barreira de Corais. O Brasil, em 1995, movimentou financeiramente com a atividade o equivalente ao que a Ruanda recebeu somente com as taxas de entrada cobradas em seus parques. (PROECOTUR, 1997)

O ecoturismo é oficialmente definido, no Brasil, no documento intitulado Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR / IBAMA, 1994) como:

“um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.”

5 Disputando com o petróleo o principal setor econômico regional

O ecoturismo tem como objetivo propiciar o contato das sociedades urbanas com a natureza e com as culturas tradicionais, permitindo a elas admirar e desfrutar a paisagem, a fauna e a flora. (Ceballos- Lascuráin, 1988 *apud* OMT, 2000)

O Brasil é um dos países mais ricos do mundo em termos ambientais e culturais. Com 8.522.996 km² de superfície, abriga cerca de 1/3 das florestas tropicais remanescentes, parte da Amazônia, a Mata Atlântica, o cerrado, os sertões, chapadas, praias, cachoeiras, sítios arqueológicos; no panorama cultural, apresenta um acervo ilimitado representado por grupos indígenas, caiçaras, ribeirinhos, quilombolas, além de histórias, lendas, festas populares... o que confirma uma forte tendência do país para o ecoturismo.

Porém, apesar do potencial brasileiro, no ano de 2000, o turismo movimentou apenas 20 bilhões de dólares, ou o equivalente a 4% do PIB brasileiro e 0,0044% do rendimento global da atividade que foi de 4,5 trilhões de dólares, ficando o país, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), no 29º lugar entre os destinos mais procurados.

Enquanto o Brasil descaracteriza seu patrimônio natural e cultural com o turismo, outros países desenvolvem a atividade, transformando suas áreas naturais conservadas e suas comunidades tradicionais em atrativos centrais, fazendo o ecoturismo a principal fonte de renda nacional. (PROECOTUR, 1997)

Apesar das comunidades tradicionais poderem se adaptar de infinitas formas a estímulos similares, alguns estímulos tornam tão relativo o poder comunitário na produção e na assimilação das adaptações necessárias, que as conseqüências acabam

sendo semelhantes para elas. Esse é o caso do ecoturismo no Brasil, que tem contribuído para a exclusão social e cultural em locais como Jericoacoara (CE), Icaraiá (CE), Canoa Quebrada (CE), Genipabu (RN), Pipa (RN), Porto de Galinhas (PE), Francês (PE), Mangue Seco (BA), Arembepe (BA), Itacaré (BA), Arraial D'Ajuda (BA), Trancoso (BA), Caraiva (BA), Itaúnas (ES), Búzios (RJ), Saquarema (RJ), Aventureiro (RJ), Palmas (RJ), Pouso da Cajuíba (RJ), Trindade (RJ), Guarda do Embaú (SC), apenas para citar alguns exemplos.

Mesmo que cada uma dessas comunidades tenha se adaptado de acordo com seus valores e regras ao fenômeno ecoturístico, algumas conseqüências foram comuns nos exemplos citados, entre elas: os conflitos de terras, o aumento do alcoolismo, da violência e da prostituição, problemas com o lixo, dependência direta da renda proveniente do turismo.

A fim de evitar a continuidade desses impactos negativos, o processo de adaptação ao fenômeno do ecoturismo não deve acontecer ao acaso como nos locais mencionados e sim, como decorrência do planejamento da atividade com a participação comunitária, a partir do zoneamento, da identificação de demandas, da definição da capacidade de carga e da regulamentação dos operadores, pois, deste modo, os custos do manejo da área serão compensados com os ingressos da atividade e a comunidade local terá tempo para se adaptar à atividade. Assim, será possível a conservação dos recursos naturais, principais atrativos do ecoturismo. Compartilham dessas idéias diversos autores como: BASTIDAS (2001); BECKER (1995); CADEI E IRVING (2001); CASTRO (1994); CARTER (1999 E 2000); CORIOLANO (2001); DAMASCENO (1994); GUIA OMT (1990 E 1995); IRVING (1994 E 2000); MARIANI (2001); MENDONÇA (2001); PORTUGUÊS (2001); PROECOTOUR (1997); RIBEIRO (1999); RUSCHMANN

(1993); SOAVINSKKI (2001); STONZA (2001); TEIXEIRA (2001); WILLIAMS (1997) e YUNIS (2001).

4. CONSERVAÇÃO DA NATUREZA COMO PREMISSA PARA O ECOTURISMO

Apesar do Brasil ser um país de imensa riqueza em termos ambientais e culturais, esse patrimônio não tem sido utilizado de maneira sustentável. Como consequência do uso inapropriado dos recursos naturais, o país tem em seu território o 2º bioma florestal mais devastado do mundo, a Mata Atlântica, que é tão, ou mais, rica que a Amazônia em diversidade de espécies. (WWF, 1999)

Embora muito fragmentada por espaços construídos ou degradados, a Mata Atlântica regula o fluxo dos mananciais, assegura a fertilidade do solo, controla o clima regional e o micro-clima local, protege as escarpas e encostas das serras de erosão e de desmoronamentos e abriga 70% da população brasileira. (CNPq, 2001)

Essa condição a transformou, mundialmente, numa área de preocupação para a conservação e levou a UNESCO, em 1991, a declarar os remanescentes deste bioma como Patrimônio Natural da Humanidade e, mais tarde, Reserva da Biosfera. Essa reserva engloba, em território nacional, 290.000 km², cinco mil dos oito mil quilômetros do litoral e 80 milhões de habitantes dos quais, 75.000 famílias vivem, principalmente, da pesca. (CNPq, 2001)

As Reservas da Biosfera têm como objetivos conservar a natureza, promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para o aprimoramento do conhecimento científico e ecológico dos ecossistemas. Para alcançar esses objetivos são definidas

áreas piloto⁶, que têm como função servir para a implementação de modelos de desenvolvimento sustentável. (CORRÊA, 1995; CNPq, 2001)

No âmbito nacional, as áreas naturais estabelecidas como prioridade para a proteção da natureza são denominadas Unidades de Conservação da Natureza (UC), que, desde Julho de 2000, passaram a ser reguladas pela lei 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) com os seguintes objetivos:

- “I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu

⁶ Dentre elas a Ponta da Juatinga onde fica a praia de Martim de Sá, área focal da dissertação.

conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.”

O SNUC é regido por diretrizes que:

- “I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;
- II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;
- III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;
- V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;
- VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;
- VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação in situ de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;
- VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;
- IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;
- X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de

subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;

- XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;
- XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração, autonomia administrativa e financeira; e
- XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas.”

As UCs estão divididas em 2 (duas) categorias básicas: as Unidades de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre) e as Unidades de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural).

As **Unidades de Proteção Integral** têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido, apenas, o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, não envolve o consumo, a coleta, o dano ou a destruição dos recursos naturais.

O objetivo básico das **Unidades de Uso Sustentável** é tornar compatível a conservação da natureza com o uso sustentável de seus recursos naturais, ou seja, permitir que a exploração do ambiente aconteça de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. (SNUC, 2000)

Entre as UCs de Proteção Integral somente nas Estações Ecológicas e nas Reservas Biológicas não é permitida a visitação pública. Nas demais categorias, a visitação é permitida porém, deveria, conforme consta em lei, estar sempre sujeita às normas e restrições previstas, estabelecidas pelo órgão responsável da administração da unidade através dos denominados Planos de Manejo. (IRVING, 2001)

A criação de UCs por decreto vinha sendo feita, anteriormente à Lei 9.985, de forma a resolver problemas ambientais imediatos, como, por exemplo, a especulação imobiliária. Em consequência desse processo, muitas vezes, a categoria adotada não era adequada para coibir ações destrutivas sendo esta, então, transformada em outra categoria de uso mais ou menos restrito. Ocorre, também, que algumas das categorias adotadas até julho de 2000, não constam no novo SNUC, como é o caso das Reservas Ecológicas.

A demarcação quase aleatória de UCs gerou, também, diversos conflitos de uso. Visando a resolução de tais impasses, o SNUC faz referência aos procedimentos que devem ser adotados para o equacionamento de conflitos dessa natureza, como consta nos artigos 55 e 26 respectivamente:

Art. 55. “As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei.”

Art. 26. “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a

valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional”.

Algumas categorias de UCs estão associadas a restrições impostas pela legislação ambiental aos hábitos e costumes das comunidades tradicionais, que dificultam ou impedem a continuação de formas tradicionais de produção, como foi exemplificado pelo caiçara José Peixe Amarante líder da comunidade de Juréia, no litoral paulista na seguinte entrevista à revista Ecologia em 1994:

*“Eu quero contar coisas que aconteceram comigo. Coloquei um machado nas costas para ir cortar pau para fazer farinha de mandioca e vi dois guarda-matos na minha perseguição. Não **tenho direito de fazer farinha?** Se eu subir para roça vão guardas atrás de mim, para saber o que eu vou fazer. **Eu me sinto tratado como um bandido**, porque moro dentro de uma estação e devia ter privilégio. Mas, ao contrário, sou perseguido. .. Mas, se lançamos um covão no rio, somos denunciados. **Nós estamos só tentando sobreviver. Nós não somos contra a natureza e a ecologia.** Ao contrário somos a favor. Mas, desta maneira, não. **E se foi escolhida a terra onde a gente vive como reserva é porque ela estava preservada. Se não destruimos antes, por que fazer isso agora?...**”⁷ (BERNARDES, 1994)*

O impedimento da continuação de algumas das formas habituais de produção das comunidades tradicionais, vem criando a necessidade de uma nova atividade econômica para suprir as faltas causadas pelas restrições impostas pelas leis atuais.

Concomitantemente às restrições que essas populações vêm enfrentando, o aumento da população humana e das pressões da vida urbana têm incentivado pessoas a procurar a natureza para atividades de lazer. Assim, aumenta o fluxo turístico em UCs e

⁷ Revista Ecologia de 94, ano 3 n^o 37 página 118

o ecoturismo se transforma em uma alternativa econômica para as comunidades tradicionais.

De acordo com o art 27 do SNUC (2000), as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, que é um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”. No parágrafo 1 da lei 9.985 é mencionado que: “O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de **promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.**” (sem grifos no original)

Para que os objetivos das UCs sejam alcançados, é necessário o envolvimento das comunidades no planejamento, no manejo e nos benefícios decorrentes das áreas protegidas (MCNEELY, 1992 *apud* DIEGUES, 1994), o que está de acordo com o item III das diretrizes para a implantação das UCs.

Segundo DIEGUES (1994), na Conferência da UICN (1986) foram apontadas as seguintes diretrizes para a participação das comunidades tradicionais nas decisões vinculadas às UCs:

- “a) reconhecer a relação particular que esses povos mantêm com a natureza;
- b) assegurar aos povos tradicionais (indígenas, tribais e tradicionais) a participação no controle de uso dos recursos compartilhados;
- c) assegurar que os governos nacionais dediquem atenção necessária às necessidades e aspirações dos povos tradicionais cujos territórios serão afetados pela criação de parques nacionais e reservas;
- d) assegurar a consulta e acordo desses povos no estabelecimento e manutenção de parques.” (DIEGUES, 1994:103)

Porém, ao invés da participação comunitária na implantação e gestão de UCs, o que ocorre é que essas comunidades recebem, em alguns casos, permissão dos órgãos ambientais responsáveis pela gestão da UC para permanecer nessas áreas com a condição de estagnar suas culturas, que pode, em alguns casos, ser mostrada aos turistas em shows folclorizados, como afirmam GOODLAND (1982 *apud* DIEGUES 1994), BAILEY (1992 *apud* DIEGUES 1994), DIEGUES (1994) E IRVING (2000):

“Freqüentemente se permite que as populações nativas (indígenas) permaneçam nas áreas protegidas desde que continuem ‘tradicionais’ um termo utilizado pelos fazedores de política sem consulta ou sem conhecimento histórico extensivo dessas mesmas populações. Essas restrições levam a reforçar o ‘primitivismo’ ... pelo qual se espera que esses povos permaneçam ‘tradicionais’ (muitas vezes para aumentar seu valor turístico) enquanto o resto do mundo se transforma. A política de manejo para as reservas deve ser suficientemente geral e flexível para permitir variações nos estilos de administração em relação aos grupos locais ao longo do tempo.” (BAILEY, 1992 *apud* DIEGUES, 1994:96)

“Um item não menos relevante com relação ao enfoque ético vinculado ao turismo se vincula à abordagem de minorias e/ou comunidades tradicionais e riscos potenciais de “folclorização de minorias”, através de sua exposição e banalização num mercado turístico ávido por opções exóticas.” (IRVING, 1999: 66)

De acordo com o exposto até aqui, é possível concluir que as maneiras tradicionais de desenvolvimento propiciaram a conservação ambiental de áreas que, na atualidade, estão sob o risco de serem degradadas devido a atividades como o turismo. Com a finalidade de evitar o processo de degradação, o governo brasileiro criou leis que resguardam a natureza e as comunidades tradicionais. Assim, desde Julho de 2000,

tornou-se obrigatório o planejamento comunitário dessas áreas possibilitando as escolhas comunitárias das adaptações necessárias e a manutenção da identidade cultural local, mesmo quando a base da economia é alterada.

Com o intuito de caracterizar o processo de adaptações vivido por uma comunidade tradicional em uma UC será apresentado e discutido o Estudo de Caso da presente dissertação: Martim de Sá.

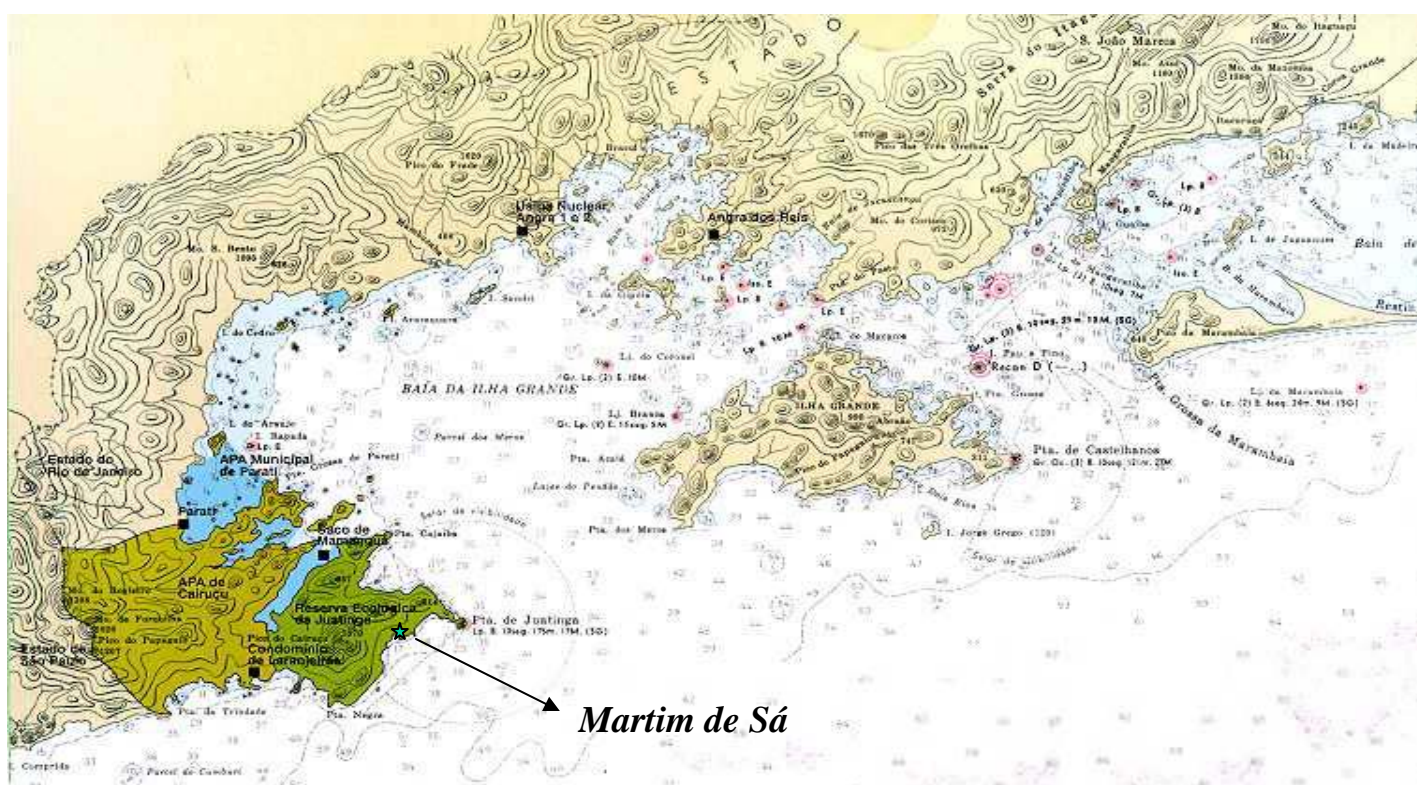
5. O ESTUDO DE CASO: MARTIM DE SÁ

A comunidade caiçara de Martim de Sá foi escolhida para o desenvolvimento do Estudo de caso, pois nesse local a atividade do ecoturismo está apenas começando, fato que permitiu refletir a respeito das conseqüências da atividade.

Martim de Sá é uma praia localizada no Município de Parati, Rio de Janeiro, inserida nos limites de duas UC: a Reserva Ecológica da Juatinga e a APA do Cairucú.

Assim como em muitas outras áreas litorâneas desse município, a conservação da natureza em Martim de Sá está ameaçada pela especulação imobiliária incentivada pelo crescimento do fluxo turístico sem planejamento e facilitado pela falta de fiscalização dos órgãos ambientais responsáveis.

Figura 1 : Mapa de Localização de Martim de Sá



5.1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

Com a finalidade de obter as informações necessárias para a realização desta pesquisa foi feito o levantamento e a leitura crítica do referencial bibliográfico incluindo os seguintes temas: cultura, comunidades tradicionais, turismo, ecoturismo, Unidades de Conservação da Natureza e metodologias utilizadas nas ciências sociais para a realização de trabalho de campo.

Com base nesse estudo, optou-se por utilizar como abordagem metodológica para a caracterização da comunidade local e dos turistas a Observação Participante e as entrevistas estruturadas, enquanto que para a reconstituição da história do núcleo receptor foi pesquisada a História de Vida do líder comunitário local. Este conjunto metodológico permitiu observar a influência e a tendência do ecoturismo no local de estudo.

Segundo HAGUETTE (1982) a Observação Participante é:

“o processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta os dados. Logo, o observador é parte do contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação de pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integral da estrutura social, ou ser simplesmente periférica em relação a ela”.

Esta metodologia foi utilizada com quatro finalidades diferentes:

- observar a dinâmica dos turistas e da comunidade no núcleo receptor tanto nos feriados como no cotidiano,
- acompanhar o processo do planejamento da UC e a discussão a respeito de sua categorização,
- verificar, quando e se necessário, a discussão a respeito dos conflitos de terra,
- observar a dinâmica das instituições envolvidas, suas atuações no local e possíveis conflitos com a comunidade local e com os turistas.

Com a finalidade de obter informações a respeito do perfil do fluxo turístico, das motivações para a escolha do núcleo receptor, das tendências do ecoturismo no local, assim como, para a caracterização da comunidade local foram utilizadas entrevistas estruturadas. Estas entrevistas foram direcionadas para a obtenção dos seguintes dados:

TURISTAS:

Idade, sexo, local de origem, profissão e renda dos turistas, número de vezes que visitaram o núcleo receptor em questão, como ficou sabendo de sua existência, outros lugares que conhece na região e na UC, aspectos positivos e negativos dessa viagem, os gastos previstos durante a mesma e sugestões ou observações para o desenvolvimento do turismo no local.

COMUNIDADE LOCAL

Nome, sexo, idade, estado civil, relações de parentesco, aspectos de saúde, alimentação, ofício, local de origem, tempo de residência no local, na UC e fora dela, aspectos da cultura local, noções referentes à UC, ao turismo e ao caiçara.

Visando reconstituir a história do destino turístico foi utilizada como metodologia a História de Vida que permite observar acontecimentos através da vida de um narrador, pela qual podem ser percebidas as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão e de sua sociedade (QUEIROZ; 1988).

Finalmente, os dados obtidos com a aplicação do conjunto metodológico descrito foram analisados qualitativa e / ou quantitativamente de forma a possibilitar a percepção da relação comunidade tradicional / turistas / Unidades de Conservação da Natureza.

5.1.2 A ABORDAGEM METODOLÓGICA NO ESTUDO DE CASO

O conjunto metodológico descrito no capítulo 5.1.2 foi utilizado no Estudo de Caso escolhido para esta pesquisa. Assim, visando observar a dinâmica da comunidade e dos turistas em Martim de Sá, tanto nos feriados como no cotidiano, foram realizadas seis idas à campo:

- de 21 a 23 de abril de 2000,
- de 23 a 25 de junho de 2000,
- de 07 a 14 de outubro de 2000,

- de 24 de fevereiro a 04 de março de 2000 ,
- Carnaval de 2001 e
- Semana Santa de 2001.

Nesses períodos foram observadas as seguintes relações:

- turistas / comunidade local,
- turistas / ambiente natural,
- comunidade local / ambiente natural,
- comunidade local / comunidade local e
- tempo gasto pela comunidade local em atividades tradicionais / tempo gasto pela comunidade local em atividades turísticas.

Os indivíduos observados nessas relações constituíram os grupos 1, 2, 3 de análise. São eles:

Grupo 1 - As pessoas que moravam em Martim de Sá quando a pesquisa começou, Março de 2000: Seu Maneco, Dona Lorença e Dona Capitulina.

Grupo 2 - Os familiares dos moradores de Martim de Sá: Cida, Lílian, Camuzinho, Claudinho, Pedro, Cidinéia, Domingos, Joãozinho e Joelma. Os cinco primeiros são filhos de Seu Maneco e Dona Lorença. Cidinéia é filha de Dona Capitulina e é casada com Domingos. Joãozinho é filho de Cida e Joelma é casada com Pedro. Este grupo foi formado pelos familiares que, apesar de no momento não viverem em Martim de Sá, estão, de alguma maneira, envolvidos com a questão do turismo no local.

Grupo 3 - Os turistas que visitaram Martim de Sá.

Como a praia de Martim de Sá está inserida nos limites da APA do Cairuçu e da Reserva Ecológica da Juatinga foi necessário observar os processos de planejamento da

primeira UC e de mudança de categoria da segunda⁸, já que esses processos podem influenciar no desenvolvimento do ecoturismo e na conservação ambiental. Com esse intuito foi realizada a observação participante nas reuniões comunitárias que trataram desses assuntos em Parati nas seguintes datas:

- 25.01.2000,
- 04.08.2000,
- 07.04.2001,
- 22.04.2001,
- 06.07.2001,
- 10.08.2001,
- 31.08.2001 e
- 17.12.2001

Dessas reuniões, participaram a comunidade caiçara local, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente e dos Recursos não Renováveis (IBAMA), o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), os proprietários da área, os turistas e as ONGs SOS Mata Atlântica e Verde Cidadania.

As pessoas observadas nessas reuniões, não incluídas nos grupo 1, 2 e 3, constituíram o grupo 4 de análise:

Grupo 4. Outros caiçaras que freqüentaram as reuniões comunitárias.

Para observar o processo de planejamento oficial da UC em questão, a dinâmica das instituições envolvidas, suas atuações no local e possíveis conflitos foi utilizada a observação participante nas reuniões oficiais dos dias:

- 04.07.2001 no Instituto de Terras do Rio da Janeiro,

⁸ Conforme explicado no capítulo 4 as Reservas Ecológicas deverão ter suas categorias revistas no prazo de até dois anos a partir de Julho de 2000

- 12.02.2001 e 29.06.2001 no IEF.

Como existe um conflito possessório pelas terras de Martim de Sá, foi observada a audiência do dia 10 de outubro de 2000 no Fórum de Parati que tratou dessa questão. Assim, foi possível verificar o apoio comunitário entre os envolvidos nesse conflito.

Com a finalidade de caracterizar o ecoturismo em Martim de Sá foram entrevistados cinquenta turistas nas semanas de 07 a 14 de outubro de 2000 e na Semana Santa de 2001. O roteiro de entrevista utilizado em Martim de Sá, que segue os objetivos descritos anteriormente, pode ser encontrado no Anexo I.

Na semana do 07 a 14 de outubro de 2000 foram entrevistados os grupos 1 e 2 de análise (o roteiro utilizado para essas entrevistas está disposto no Anexo II) porém, como eles ficaram inibidos com a utilização dessa metodologia, optou-se, então, por pesquisar a História de Vida do líder comunitário, pela qual foi possível reconstituir a história de Martim de Sá. A escolha da liderança, Seu Maneco, foi influenciada pelos seguintes fatos:

- ele foi apontado nas entrevistas realizadas com a comunidade como o líder natural da mesma,
- é um dos indivíduos chave no conhecimento da cultura local,
- é um dos indivíduos mais velhos dessa comunidade,
- nasceu na praia e viveu praticamente toda a sua vida no local,
- é quem tem maior contato com os turistas,
- foi duas vezes seguidas notícia de revistas de circulação devido à sua vontade de conservar a natureza⁹,
- pelas suas idéias para a organização do turismo em Martim de Sá e

⁹ As reportagens estão no Anexo III e IV

- pela sua disposição em fornecer informações.

Com base na análise das informações obtidas com a aplicação desse conjunto metodológico foi reconstituída a história de Martim de Sá e, assim, foram descritas as relações necessárias para o entendimento do processo de adaptação dos atores sócias (grupos 1 e 2) ao fenômeno do ecoturismo e às leis ambientais. Também foi possível perceber algumas transformações relacionadas à demanda turística (grupo 3), inclusive na sua relação com a comunidade local (grupos 1 e 2) e de todos eles com o ambiente natural. Os resultados obtidos serão apresentados e discutidos a seguir:

5.2 A HISTÓRIA DE MARTIM DE SÁ CONTADA POR SEUS MORADORES

Há muitos e muitos anos, antes da chegada dos portugueses, diversas tribos indígenas habitavam o litoral brasileiro. Ao chegar na América, os portugueses, assim como os nativos, preferiram viver no litoral, formando povoados estrategicamente situados de forma a melhor suprir as necessidades da coroa. Um desses povoados transformou a aldeia dos índios Guaianá na Vila de Nossa Senhora dos Remédios, que mais tarde passou a ser chamada Parati.

A exploração econômica de Parati teve, no passado, como atividades predominantes a lavoura da cana-de-açúcar, a exportação de ouro e a produção de café, além do tráfico negreiro e da pirataria.

A abolição da escravatura e a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II¹⁰ deram início à decadência econômica da região. O município de Parati se manteve, desde então, praticamente isolado até a década de 70, quando foi aberta a BR 101, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo recortando o litoral.

A miscigenação cultural entre os negros, os índios, os piratas e os colonizadores, deu origem, na região, às comunidades que hoje são denominadas e se auto denominam Caiçaras, cujo modo de vida manteve a área conservada até a década de 70.

No período da colonização, a Coroa Portuguesa demarcou o Brasil em áreas que foram doadas. Martim de Sá recebeu o território entre Rio de Janeiro e Santos e, deslumbrado com a beleza da região, decidiu colocar seu próprio nome na praia que

¹⁰ Que ligava os centros produtores de ouro diretamente ao Rio de Janeiro.

considerava ser a mais bonita. Nessa mesma praia, em 1942, nasceu Manoel dos Remédios, filho de Roque Fermiano e Dona Capitulina dos Remédios.

Figura 2: **Praia de Martim de Sá**



Seu Maneco, como é conhecido, permaneceu durante a infância e adolescência com seus pais, irmãos - Jovino, Cidinéia, Dulcinéia e Jecé - e avós - Benedito dos Remédios e Dona Maria dos Remédios - em Martim de Sá, onde a família plantava e criava o necessário para o seu sustento.

Seu Roque Fermiano e Dona Capitulina não permitiam que seus filhos tivessem contato com outras comunidades pois criticavam a forma de ser e de viver das pessoas de fora. O contato dos filhos com as outras comunidades ficou, então, restrito aos momentos de venda ou doação de produção quando e se houvesse excedente, até que, em 2 de Junho de 1962, o Sr Pacheco – de Nova Iguaçu - comprou do espólio de Cícero

Figueiredo, por 400 mil cruzeiros, a Fazenda Martim de Sá, dando início ao primeiro conflito possessório da área relacionado com a família dos Remédios.

Nessa época, Seu Maneco tinha cerca de 15 anos e foi forçado a sair de Martim de Sá com a sua família, conforme ele menciona no seguinte relato:

“Foi assim ... meu avô habitava aqui nessa terra ... foi do avô do meu avô que era essa terra. Aí parece que ele vendeu pra outro e o cara não tocou a fazenda, deixou aí os caixaras. Entraram alguns naquela época, morreram, outros saíram, e o meu avô veio habitar nessa terra, ficou habitando aí com o meu pai, que os outros irmãos casaram, e o meu pai, sendo caçula, foi no Sono arrumou minha mãe que táí. Botou em casa, que aqui não tem casamento, se gostaram e vamos embora pra casa que eu te assustento, e acabou...”

... eu tinha 15 anos e daí apareceu um coronel do exército aqui pra caçar com espingarda, mochila, tudo. Pra gente caçar, fuisse mais um coroa com ele, e pagou ai uns pessoal do Pouso pra carregar as mochila dele, as coisa dele pra ele caçar, apareceu aqui, quando ele viu essa beleza aqui, da divisa pra cá, que viu essa mata linda, muito cercada de benfeitoria, ah.. meu Pai e ficou impressionado, perguntou se tinha dono isso aqui, papai disse:

-Dizem que existe dono mas até agora eu não conheço, nunca teve aqui e nem meu pai ali conhece também o dono disso aqui, mas dizem que tem um dono....

Nem caçou direito, ficou acho foi uma semana que ele teve aqui e foi embora pro Rio de Janeiro, e voltou no prazo de um mês dizendo que tinha achado o dono e tinha comprado a fazenda, que o meu pai ficasse morando que ele ia tocar a fazenda, mas não ia se incomodar com meu pai, que meu pai podia criar os seus filhos a plantação ... e foi trazendo o povo ... e foi trazendo pra cá num ritmo de escravidão ...e foi botando mato no chão, foi destruindo, abrindo estradinha e foi fazendo carvão ...

... tudo é madeira nova que foi tudo destruído ...

... ele pediu o papai que tratasse tudo que o papai plantasse. Era unir com ele que a fazenda era dele, aí o papai não concordou porque o dinheiro não tinha, não da, trabalhava muito pra sustenta a família ... não tinha nada de máquina era tudo no braço e na mão ...

... foi aí que eu já tinha crescido, já tinha casado, ele me chamou:

- É meu filho a fazenda é dele, ele comprou, vamos embora daqui, deixa aí pra ele ...

...aí fomos pra lá, eu fui pras Anchovas, papai lá pro Cairuçu, passou uns anos assim que ... a fazenda foi a falência ...”

Com a falência da Fazenda, a família Pacheco abandonou o local. Assim, Dona Capitulina, Seu Roque Fermiano¹¹ e Seu Maneco puderam retornar Martim de.

“...eu já faz anos entrei aqui, em 91, em maio de 91 eu entrei pra cá, me deu muita saudade, voltei de novo. Aí fui pegando, peguei aqui serviço perto de casa levantei foi meia cara, fiz mais um quartinho, fiz banheiro, cozinha com fogão a lenha. É do jeito que vocês tão vendo aí, limpinho, trato tudo.”

Quanto aos irmãos de Seu Maneco: Dulcinéia e Cidinéia casaram e foram morar fora da Reserva Ecológica da Juatinga. Jovino continuou morando em Cairuçu das Pedras e Jecé faleceu.

No início da década de 90, quando Seu Maneco regressou à Martim de Sá, ele foi acompanhado por Dona Lorença, sua esposa:

“...é.. a pessoa naquele tempo não casava. O moço gostou da moça, a moça gostou do moço, falava pro pai, se o pai e a mãe não aceitasse, ia lá e roubava a moça e levava pra dentro de casa!”

Os filhos do casal nasceram em Saco das Anchovas e Dona Capitulina foi a parteira. Os filhos homens - Pedro, Camuzinho, Marcos, Claudinho e Paulo Henrique - continuaram morando no Saco das Anchovas com suas respectivas esposas e um

¹¹ Seu Roque Fermiano já havia falecido quando esta pesquisa começou.

crecente número de crianças. As filhas saíram para morar em Parati, em cujo hospital nasceram os bisnetos de Dona Capitulina.

Na figura 3, a seguir, está apresentado quadro que ilustra as relações familiares dos Remédios.

Figura 3: AS RELAÇÕES DE PARENTESCO DA FAMÍLIA DOS REMÉDIOS

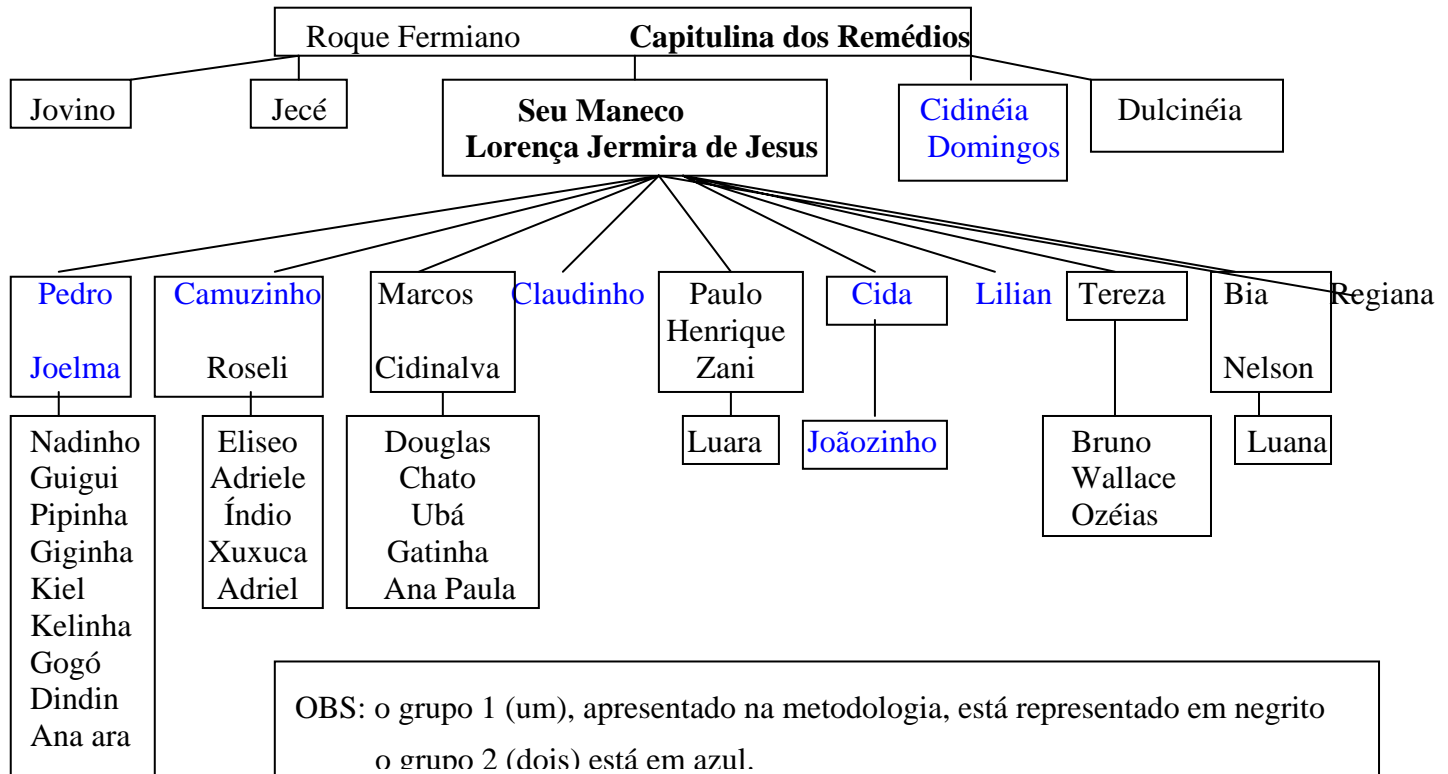


Figura 4: Foto da Família dos Remédios reunida para a audiência em Parati no dia 10 de outubro de 2000

5.3 O TURISMO EM MARTIM DE SÁ

“Foram trazendo o turismo pra cá, o povo foi estudando comigo porque eu preservava direito e o povo se deram muito comigo, cada vez mais povo e ta preservado...” (Seu Maneco)

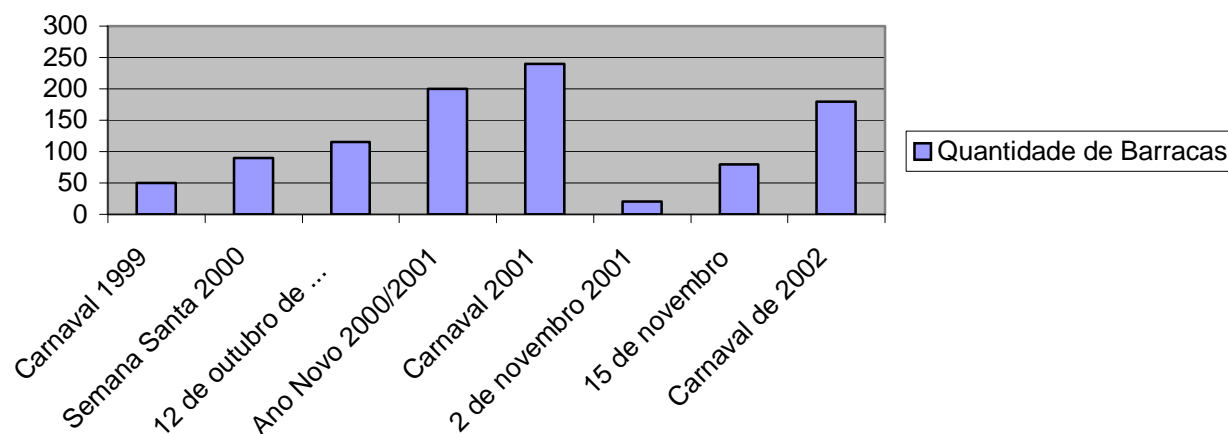
A família dos Remédios conta que após seu retorno à Martim de Sá, no início da década de 90 (noventa), até o Carnaval de 1999 o número de turistas nas altas temporadas ainda não era grande nessa praia. O escasso fluxo turístico pode ter sido influenciado pela dificuldade de acesso ao local, que acontece de barco saindo de Parati, de Parati Mirim ou de Laranjeiras, com destino à Praia do Pouso da Cajaíba, onde começa a árdua trilha de mais de uma hora de caminhada, que tem como destino a praia de Martim de Sá.

Figura 5: Vista de Martim de Sá na trilha do Pouso da Cajaíba



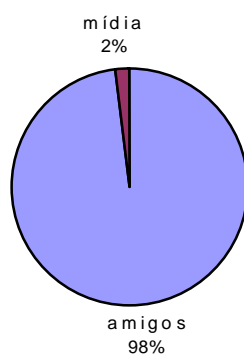
No gráfico 1 está representado o número de barracas montadas em Martim de Sá no período entre o carnaval de 1999 e o de 2002.

Gráfico 1: Fluxo turístico em Martim de Sá no período entre o Carnaval de 1999 e o de 2002



Além da dificuldade de acesso, o limitado volume de fluxo turístico no carnaval de 1999, em comparação com os carnavais de 2000 e 2001 também pode ter sido influenciado pela maneira como a propaganda do local acontecia até então, predominantemente, boca-a-boca (Gráfico 2). As primeiras reportagens de Martim de Sá¹² foram realizadas em Julho de 2000 e fevereiro de 2001.

Gráfico 2: Meios de divulgação de Martim de Sá

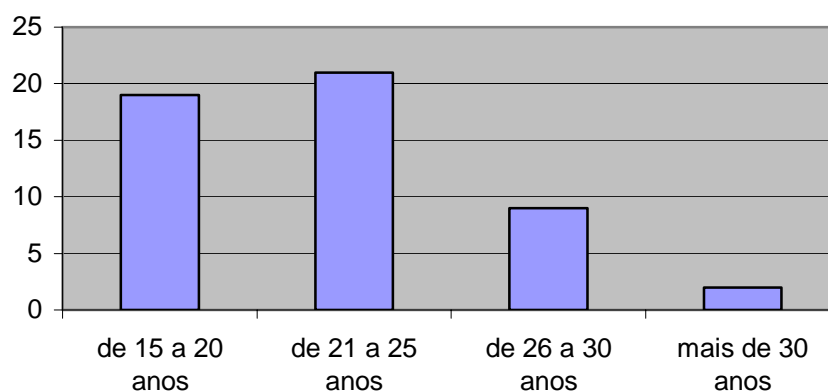


¹² Anexo III

A propaganda boca-a-boca parece ter influenciado para a manutenção de uma demanda turística homogênea, formada, predominantemente, por jovens estudantes do Rio de Janeiro que não trabalham, conforme mostrado nos gráficos 3, 4, 5, 6.

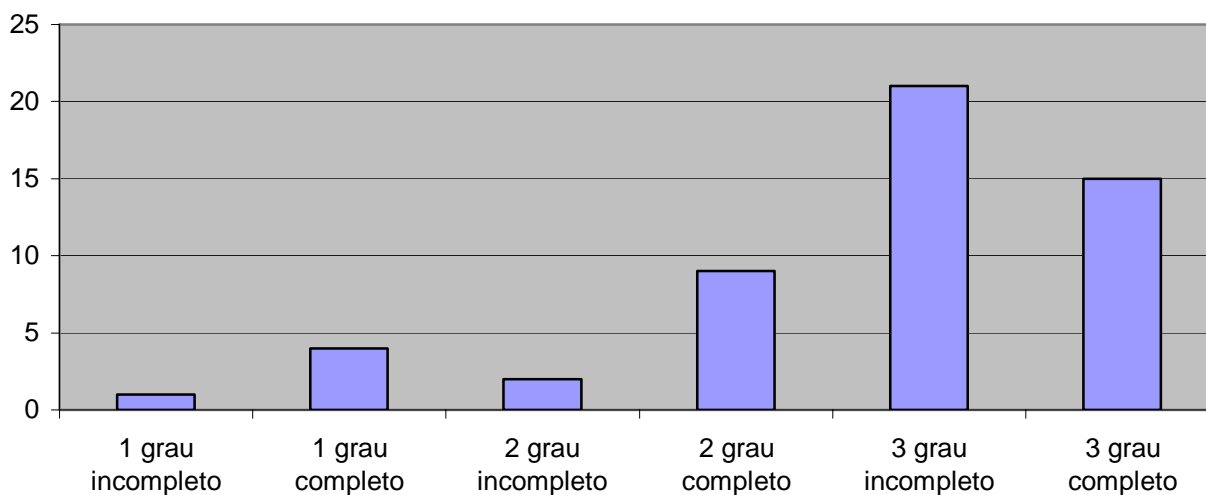
A maioria dos turistas que freqüentam Martim de Sá tem entre 15 e 25 anos conforme apresentado no gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição etária dos turistas entrevistados



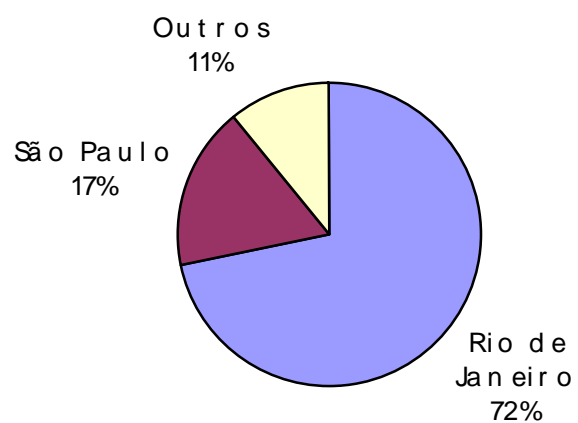
De acordo com as entrevistas, os turistas são, na maioria, estudantes.

Gráfico 4: Escolaridade dos turistas entrevistados



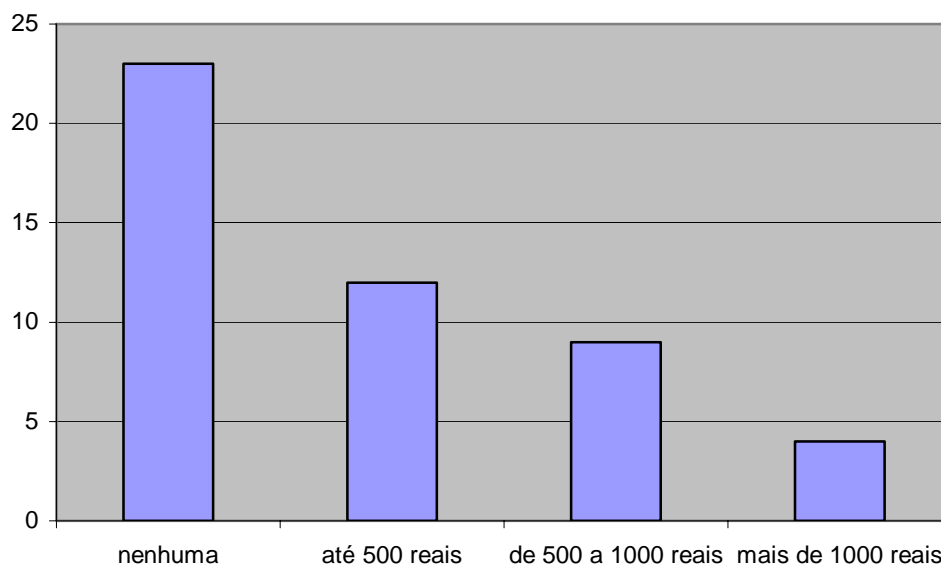
O gráfico seguinte mostra a origem dos turistas entrevistados em Martim de Sá.

Gráfico 5: **origem dos turistas entrevistados em Martim de Sá**



Os turistas entrevistados foram questionados a respeito de sua renda. Os resultados estão apresentados na gráfico a seguir:

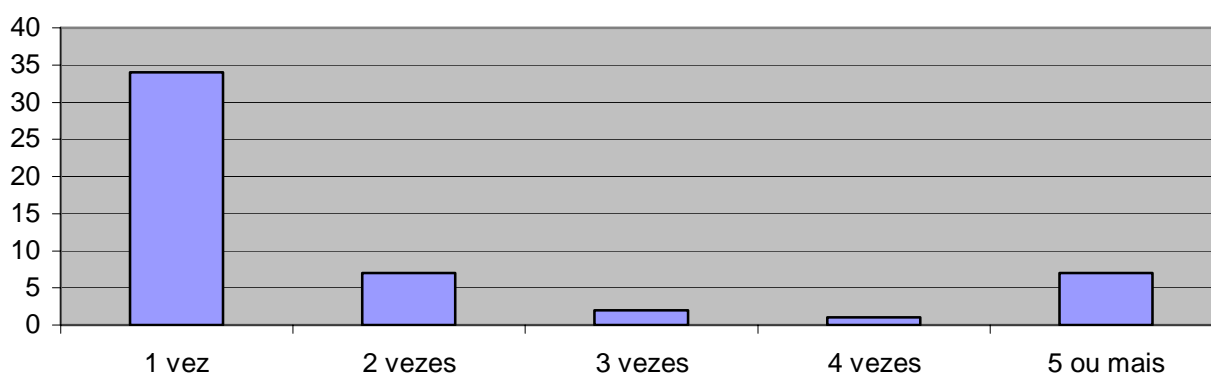
Gráfico 6: **Renda dos entrevistados**



As despesas dos turistas com a viagem para Martim de Sá, em média cem reais, são compatíveis com sua renda. Embora a família dos Remédios não se incomode com o limitado gasto dos turistas, esse fato não é bem visto pelo IEF, que os apelida “duristas”. Com o objetivo de mudar o perfil do turista que frequenta Martim de Sá, o IEF pretende estabelecer estratégias para elevar os gastos da viagem, sem considerar que o perfil dos turistas atuais agrada a família dos Remédios, que está mais preocupada em fazer amigos que em aumentar sua renda com eles.

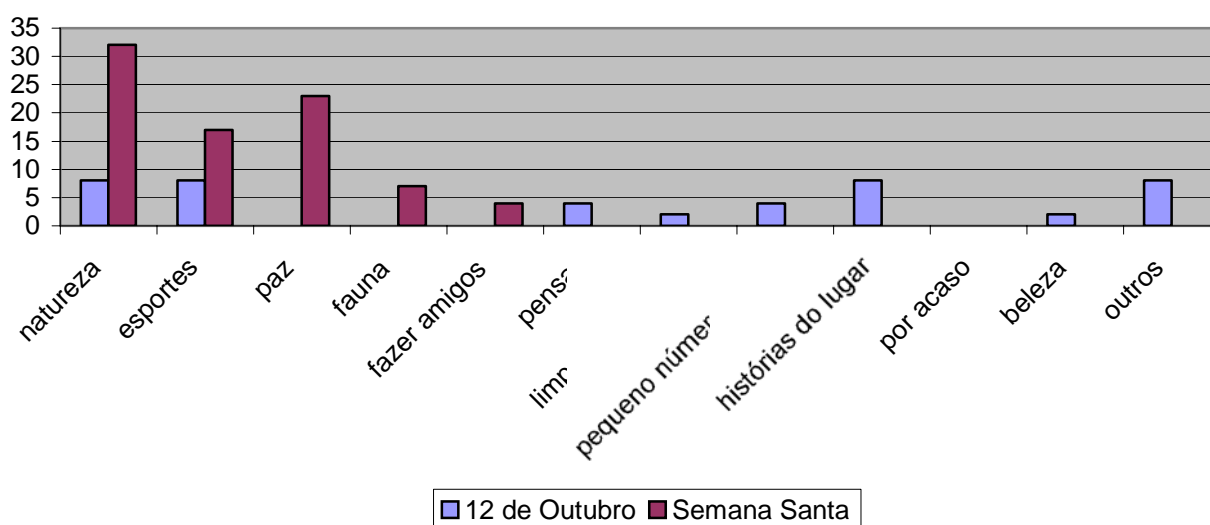
Apesar da família dos Remédios ter identificado em outubro de 2000 os turistas como amigos, a maioria deles estava visitando Martim de Sá pela primeira vez, conforme apresentado no gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7: Número de visitas a Martim de Sá pelos turistas entrevistados



Outro fator que influencia na relação comunidades tradicionais / turistas é a motivação para a viagem. Os turistas foram questionados a esse respeito¹³ e as respostas estiveram, na maioria, relacionadas com a natureza e com a paz, com exceção dos itens: limpeza da praia e outros turistas. O item esportes compreende a pesca, as caminhadas e o surf e, portanto, também está relacionado com natureza.

Gráfico 8: **Motivações para a escolha do destino turístico**



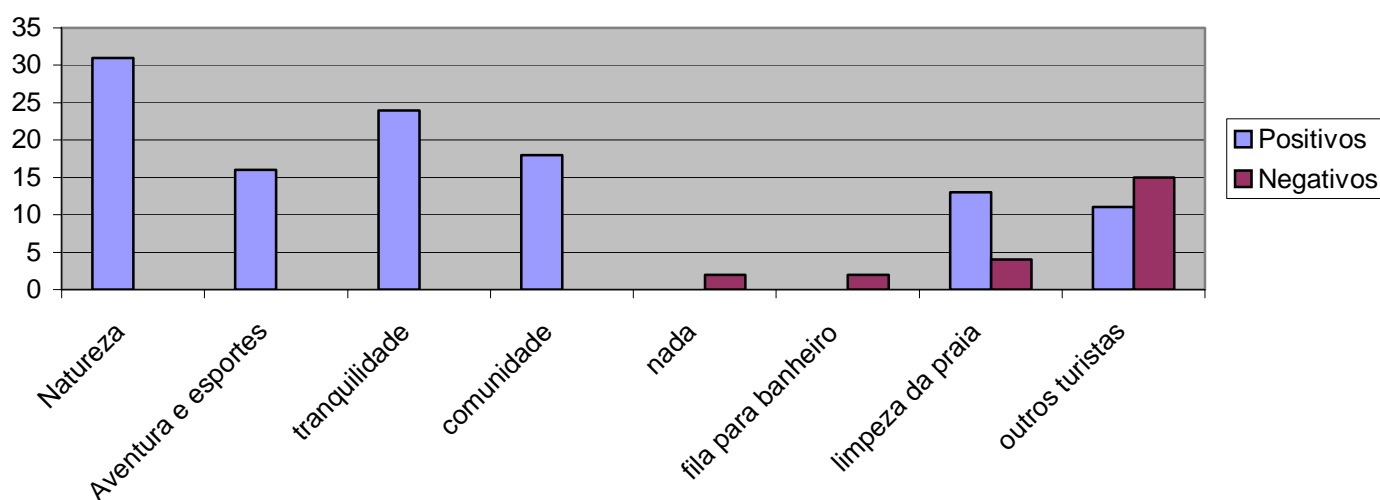
Essa questão demonstra que a conservação da área é prioridade para o desenvolvimento do ecoturismo em Martim de Sá. Esse fato está de acordo com as observações de CARTER (1999), que constatou que os recursos naturais e culturais são os elementos mais importantes para a atividade, e que, portanto, seus valores tendem a

¹³ No feriado de 12 de outubro de 2000 o questionário aplicado aos turistas tinha perguntas abertas, como por exemplo: Porque a escolha de Martim de Sá como destino turístico? Com base nas respostas obtidas nessa etapa, foi elaborado questionário da Semana Santa de 2001, assim, a questão permaneceu a mesma, porém a possibilidade de respostas ficou restrita aos primeiros cinco itens apresentados no quadro a seguir.

umentar e mudar as atitudes das pessoas em prol da conservação ambiental. O fato observado por CARTER, (*op.cit.*), da melhoria das atitudes para com a conservação da natureza pode ser questionado em locais, como por exemplo Abraão (Ilha Grande, RJ) onde há um lixão a céu aberto, ao lado do rio em um local de grande beleza cênica.

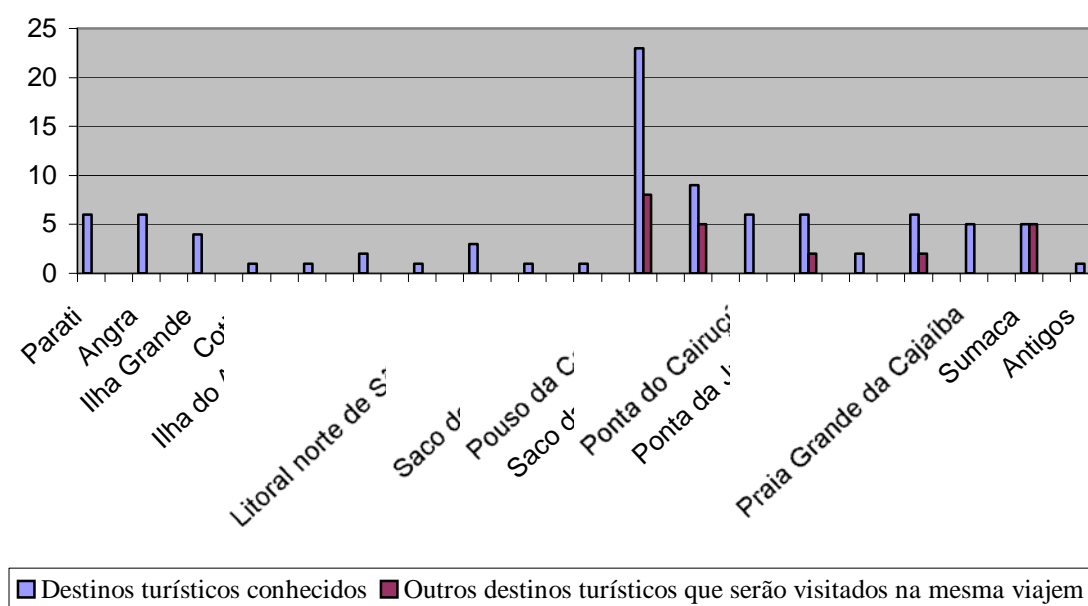
A maioria dos turistas teve suas expectativas satisfeitas em Martim de Sá. Todos os pontos negativos da viagem estiveram relacionados com a quantidade de turistas no local, o que influenciou a limpeza da praia e as filas para o uso do sanitário (gráfico 9). Nota-se, portanto, que a satisfação dos turistas que freqüentam Martim de Sá depende da limitação do número de visitantes no local, além da conservação da área.

Gráfico 9: Pontos positivos e negativos da viagem



Os turistas que freqüentam Martim de Sá são os mesmos de Pouso da Cajaíba - também na Reserva Ecológica da Juatinga - já descaracterizado devido ao excessivo fluxo turístico, à falta de planejamento, à especulação imobiliária e à falta de cuidado dos próprios turistas.

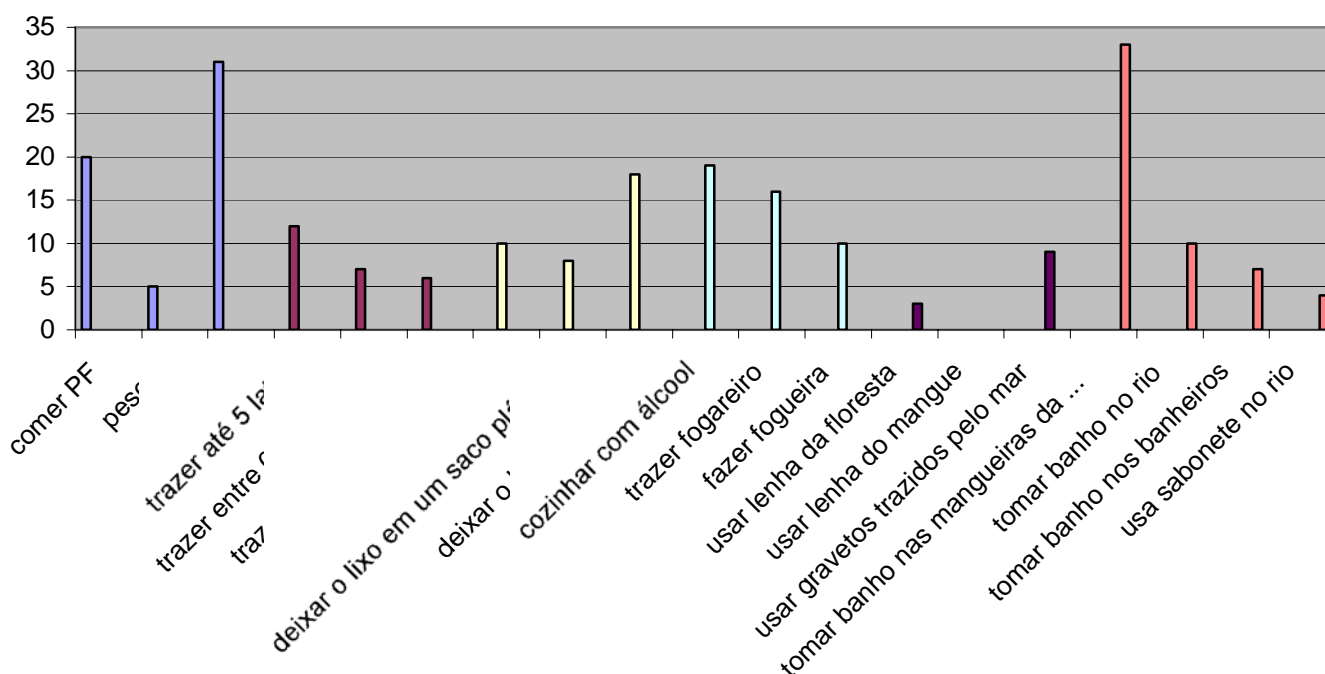
Gráfico 10: **Outros destinos turísticos visitados**



Além do volume do fluxo turístico, os hábitos dos visitantes durante a viagem são relevantes para a avaliação dos possíveis impactos que serão gerados no local, pois poucos turistas podem causar muitos impactos. Um bom exemplo desse fato foi o incêndio no Parque Nacional de Itatiaia, provocado por um grupo que se perdeu e, para chamar a atenção dos funcionários, decidiu fazer sinais de fumaça com um panfleto de educação ambiental que havia recebido na entrada do parque, assim, incendiou boa parte da UC.

Considerando o exposto, os turistas de Martim de Sá foram questionados a respeito de seus hábitos de acampamento. As respostas obtidas (Gráfico 11) não pareceram corresponder às observações de campo, o que indica que apesar dos turistas saberem que não devem ter certas atitudes as têm de qualquer maneira, como é o caso do banho com produtos químicos nos rios e cachoeiras, que acabou por poluir as águas.

Figura 11: Os turistas que freqüentam Martim de Sá costumam:



De acordo com as respostas obtidas, a maioria dos turistas cozinha com álcool ou fogareiro, alguns fazem fogueiras porém não desmatam para obter a lenha. Essa realidade tende a mudar já que a família dos Remédios está vendendo refeições. Assim, os turistas poderão carregar menos peso na trilha, deixando menos embalagens na praia e o lucro da família aumentará. Por outro lado, com o aumento das facilidades existentes em Martim de Sá, menor será a dificuldade da trilha de acesso tornando o destino turístico acessível a mais pessoas.

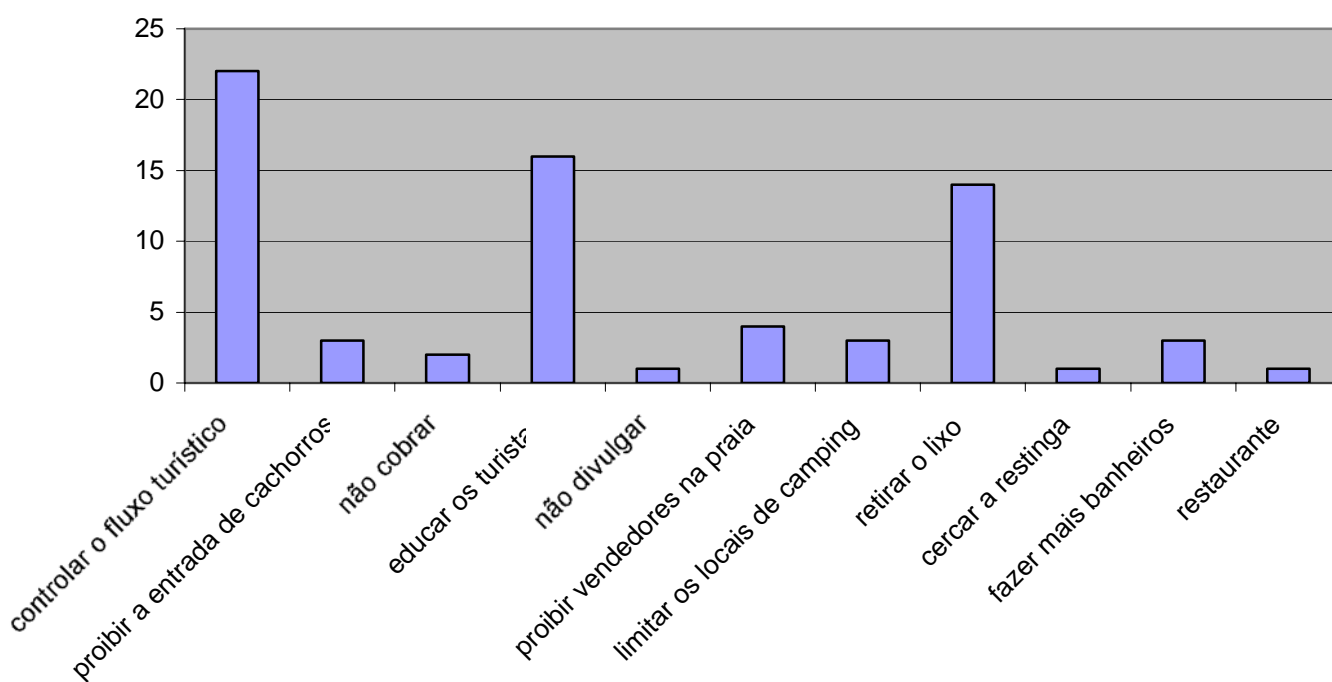
O fato de ficarem menos embalagens em Martim de Sá é relevante pois de acordo com as entrevistas, cada turista leva, em média, para Martim de Sá em um feriado de 4 (quatro) dias 7 (sete) latas e, somente, 25% desses turistas levam seu lixo de volta. Portanto, cada 10 (dez) turistas que permanecem em Martim de Sá durante 4 (quatro) dias deixam, aproximadamente, 52 latas.

Figura 6: O lixo deixado pelos turistas sendo queimado



Finalmente foi solicitado aos turistas sugestões para o desenvolvimento do turismo em Martim de Sá. Suas respostas estão apresentadas no gráfico 12, sendo predominante a preocupação com a limitação do fluxo, a educação dos turistas e a questão do lixo.

Gráfico 12: **Sugestões dos turistas entrevistados**



5.4 O CONFLITO DA TERRA

O crescimento do fluxo turístico em Martim de Sá levou o herdeiro do suposto proprietário desta área a uma nova tentativa de utilização da terra, movendo uma ação de reintegração de posse, na qual Seu Maneco foi réu no ano de 2000 na Comarca de Parati-RJ.

Aproximadamente 20 (vinte) turistas que freqüentavam Martim de Sá em 1999 se organizaram com a finalidade de auxiliar na conservação do local e fundaram, em 2000, a ONG Verde Cidadania, cuja 1ª atuação foi a defesa jurídica de Seu Maneco, que teve a liminar do processo de reintegração de posse indeferida, pois o herdeiro das terras alegou prova exclusivamente testemunhal para o contrato de comodato, cujo valor excedia 10 salários mínimos, o que não é permitido pelo Código de Processo Civil.

A respeito do processo de reintegração de posse, Seu Maneco diz o seguinte:

*“... querem me tirar daqui sem direito a nada!
É facinho de fazer uma escritura qualquer, tem gente preparado pra isso.
... o que é que a justiça tinha de fazer?
É só vim, conferi e vê. Pronto! É só vim conferir e vê. Vem aqui!
Porque o pobre coitadinho as vez nem certidão tem e é brasileiro, mas nem certidão tem, eu ainda tenho, mas tem muito ai que num tem. Então, quer dizer, mas mora na terra, vive da terra, tem seus filhos na terra, num sabe vive na cidade, porque vive na roça.
[Imagem de um ícone de citação] os homens do dinheiro tão lá. Já destruíram tudo por lá e querem pegar o restinho que sobra e também por causa do dinheiro querem destruir!”*

O processo de reintegração de posse parece estar influenciando na representação da família dos Remédios a respeito das noções de Terra e de Natureza, entendidas por

ela como elementos divinos e, portanto, sem dono. Apesar de não ter dono, a família (assim como as culturas tradicionais) acredita que a Terra e a Natureza devem ser usadas para o seu sustento. Porém, por uma questão de sobrevivência, não deve ser degradada. A conservação da natureza faz parte da lógica das culturas tradicionais, dos caiçaras e da família dos Remédios.

*“ ... mas eu aprendi uma coisa muito importante ... : É preservar o que ganho!
 Se a gente estragasse e fizesse outro, num tinha tanto problema não. Agora essa natureza aí ... num tem Homem nenhum que faça, se ele num preserva ... num vê lá ... Adeus ...
 ...Era ainda assim um povo que obedecia a natureza.
 Eu conheci um povo que ainda obedecia a natureza, mas agora de uns tempos pra cá, ... nem os velhos mesmo ... se esqueceram da natureza preservar, que é uma coisa muito importante, e é da terra nós vivemos, comemos, por que é que num podemos preservar? Por que nós num podemos cuidar?
 ... Tem que comer dela que ela dá o alimento pra gente comer, e o que é que tem que fazer?
 Preservar!” (Seu Maneco)*

A partir do momento que a posse legal da área, da Terra e da Natureza, passa a estar vinculada a um documento escrito e não ao uso de fato, então, toda a relação com o meio passa por um processo de mudança, pois a Terra e a Natureza, representadas por documentos, podem ser vendidas e compradas. Esse fato não parece fazer sentido à família dos Remédios e à outras famílias caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga.

CARTER (1999) faz referência à valorização da terra e a sua influência na comunidade local. Ele acredita que esse fato auxilia na conservação da natureza. RIBEIRO (1997) discorda que essa influência seja positiva e justifica as terras comunitárias dos povos indígenas (portanto à não valorização da terra) como um instrumento para auxiliar na sustentabilidade cultural.

O documento de posse de Martim de Sá da família Pacheco¹⁴ está obrigando a família dos Remédios a aceitar leis escritas por uma sociedade com a qual ela não se identifica, leis que ela não pode ler, não compreende e, muitas vezes, não concorda.

Além do documento de posse, a família dos Remédios, como os demais caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga, está tendo que aceitar as leis ambientais que decretam as áreas, que até então ela conservou, de conservação ambiental, sendo-lhe imposta por uma lei externa e incompreensível o que ela fez tão bem durante algumas gerações: conservar a natureza.

“ Não tenho direito de fazer farinha? Eu me sinto tratado como um bandido, porque moro dentro de uma estação e devia ter privilégio. Mas, ao contrário, sou perseguido... Nós não somos contra a natureza e a ecologia. Ao contrário somos a favor. Mas, desta maneira, não. E se foi escolhida a terra onde a gente vive como reserva é porque ela estava preservada. Se não destruímos antes, por que fazer isso agora?...” (caiçara José Peixe Amarante líder da comunidade de Juréia, *op.cit*)

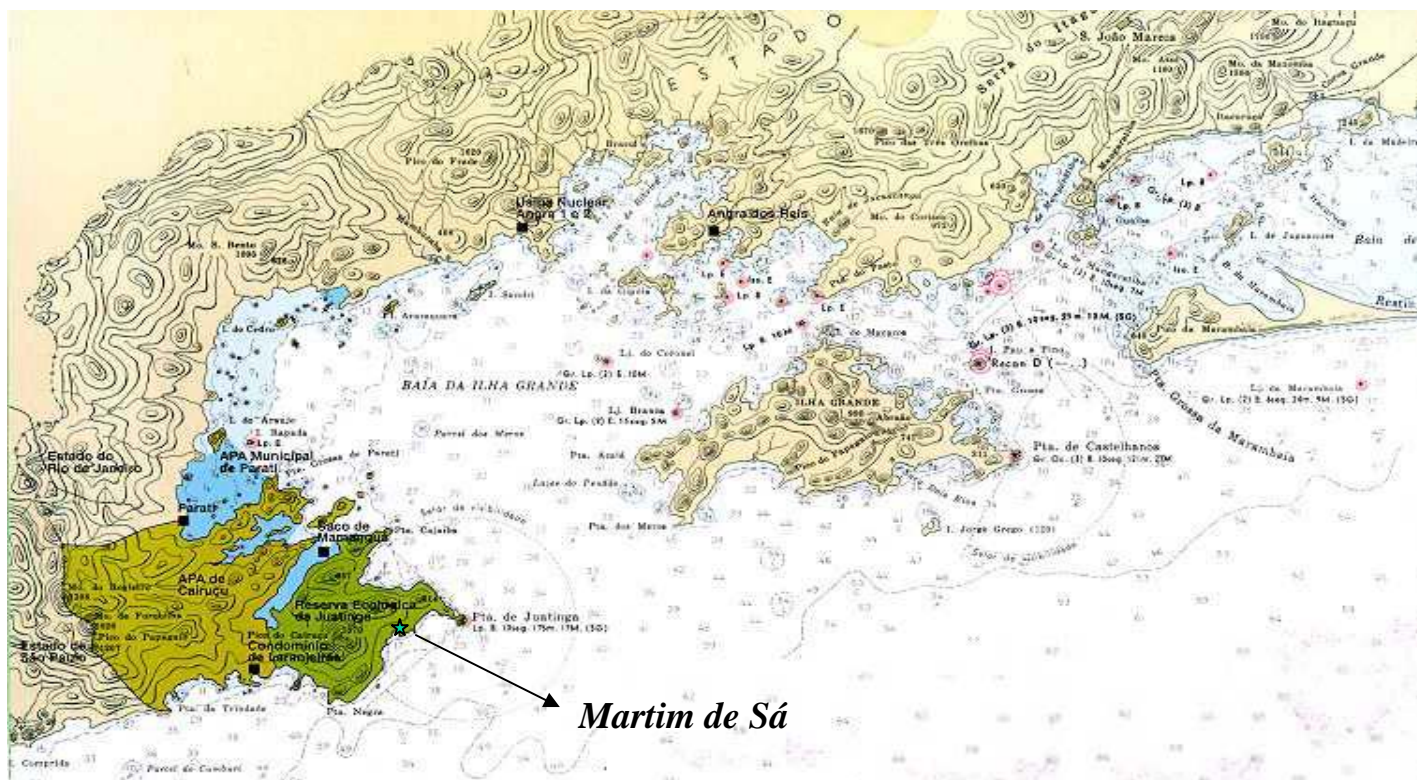
5.5 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA RELACIONADAS COM MARTIM DE SÁ

A praia de Martim de Sá, como já mencionado, está inserida nos limites das seguintes áreas protegidas:

- APA do Caiuruçú criada pelo decreto nº 89.242 de dezembro de 1983 (MOREIRA, 1987) ,
- Reserva Ecológica da Juatinga criada pelo decreto nº 17981 em 30 de outubro de 1992 (CAVALIERI, 1999) e
- Reserva da Biosfera da Ponta da Juatinga (área piloto)

¹⁴ Família que tem o documento de posse de Martim de Sá

Figura 7: Mapa das Unidades de Conservação da Natureza relacionadas à
Martim de Sá



Nenhuma dessas áreas têm Plano Diretor, de Manejo, ou Zoneamento. Isso faz com que a família dos Remédios viva sob três constantes ameaças:

- I. a de ser removida para uma área que não seja de preservação ambiental;
- II. a de ser removida devido ao processo de reintegração de posse movido pelos herdeiros da área;
- III. a de morar em uma área degradada devido ao aumento descontrolado do fluxo turístico.

Com a finalidade de elaborar o Plano de Manejo da APA do Cairuçu - que engloba toda a Reserva Ecológica da Juatinga - a SOS Mata Atlântica (ONG responsável pelo projeto) promoveu uma série de reuniões em Parati onde foi discutido, entre outros temas, a nova categoria de UC que seria adotada para a Reserva já que, de acordo com o

SNUC, as Reservas Ecológicas devem ter sua categoria revista no prazo de até dois anos a partir de Julho de 2000.

A questão da valorização da Península da Juatinga, ou da natureza, tem influenciado na escolha da nova categoria e na divisão entre os que desejam vender suas posses e sair à procura do desenvolvimento (hospital, escola, eletricidade, entre outros) e os que desejam ficar e desenvolver o local. Ou como os membros da comunidade definiram, a divisão entre os caiçaras falsos e os verdadeiros.

Na reunião do dia 17 de dezembro de 2001 a ONG SOS Mata Atlântica apresentou à comunidade em geral, na Igreja de Santa Rita, Parati, uma proposta para o macrozoneamento da APA do Cairuçu. A apresentação foi feita em *Data Show* e os textos escritos em *Word for Windows*, que pretendiam mostrar todo o trabalho de pesquisa que a ONG realizou no biênio 2000 – 2001, foram apresentados na íntegra em um telão. Apesar de Martim de Sá não ter sido mencionada na apresentação inicial, consta no mapa do macrozoneamento como zona de preservação, ou seja, nesse local não deve acontecer nenhuma espécie de interferência humana.

Mesmo com a exposição do trabalho da SOS Mata Atlântica, com a presença da família dos Remédios e de outros caiçaras nas reuniões comunitárias e com o apoio da lei que prevê a participação dos atores sociais locais na implantação e gestão da UC, os caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga, em geral, estão sendo excluídos do processo, pois a maioria é analfabeta e, portanto, não é capaz de compreender os textos e os gráficos expostos por essa ONG.

Os altos índices de analfabetismo entre os caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga os forçou a mais uma mudança na organização de sua estrutura comunitária interna, a de se aliar aos turistas para, deste modo, ter alguma possibilidade de usufruir

de certos direitos legais. Para tal, tiveram, também, essas comunidades caiçaras que se organizar em associações de moradores.

O decreto da criação da Reserva Ecológica da Juatinga parece ter sido mais marcante para Seu Maneco que para os outros entrevistados, possivelmente devido ao fato de que o herdeiro das terras teve embargada a obra de um rancho na praia de Martim de Sá.

“Olha ..mudou porque segurou um pouco, né? Aqui, principalmente, em Martim de Sá vieram destruir e a justiça não deixava, segurava por que se não vira reserva a destruição vai estar ai total. Quer dizer, ajudou um pouco...”

...é atrapalhou, prejudicou um pouco, mas deu pra fazer minha roçazinha, plantar o aipim, uma mandioca, aí to esperando uma solução que é pra mim plantar. Não é muito, é pouco, só pra me manter, só pra continuar a vida. O Homem sabendo mexer com a natureza, preservando, ele come e bebe e mantém a natureza perfeita.”

Joãozinho, Dona Capitulina, Dona Lorença, Joelma e Pedro disseram que não sabiam o que era a Reserva Ecológica da Juatinga. A seguir algumas observações a respeito do tema:

“É para conservar a área, as coisas...” (Joelma)

“A pessoa que trata, não maltrata, não destrói, é bonito!”

(Pedro)

“É onde fica os bichos.” (Joãozinho)

Mesmo antes do SNUC, a conservação da natureza já fazia parte do modo de vida da família dos Remédios. Seu Maneco explica a destruição ambiental como consequência do comportamento humano, expõe soluções para o problema e acredita ser imprescindível a conservação de Martim de Sá.

Para Seu Maneco a conservação da natureza em Martim de Sá é fundamental pois, conforme ele coloca:

“... Depois que destruir tudo num tem mais jeito. Depois da casa arrombada num adianta bota a tranca, é um ditado muito popular, depois da casa arrombada num adianta bota a chave.

A mesma coisa é esse planeta da Terra. Depois dele destruído num adianta fazer mais nada não. A poluição, esses troços do ar, num tá dando.

As fruta de 1º, há 30 e poucos anos atrás, você entrava nessa mata aí, tem muita fruta nessa mata aí de se comer. Quantas frutas eu caçando comi... essa você come, aquela é veneno, essa se come mas aquela outra num se come, na mata toda.

Hoje se você andar na mata é de mato, é difícil encontrar um pé de fruta. A caça tá se acabando porque num tem fruta, está morrendo...

... quando tinha peixe no mar tava encalhando vivo. Boto tava de montão aí, que tinha alimento pra eles, agora num tem alimento, então, eles morreram... então eles vão viver? ... A mesma coisa na Terra. Essa química no ar, e nós respirando aí. Nós ainda estamos resistindo, mas a floresta num tá resistindo não!

A Terra num tá resistindo por que num tá dando mais os seus fruto não... Cabo ... é difícil anda aí no mato, aí anda pra lá, pra cá, pra encontra um pezinho de fruto e é difícil encontra as árvores também, tão morrendo os alimento delas, a floresta num dá mais!

Quem é aí o causador disso tudo? O Homem! Culpa do Homem. É ele! É ele por causa do dinheiro, pra quando num caber no Banco do Brasil, que ainda é pouco, manda pros bancos do estrangeiro lá, pra comprar isso, comprar aquilo. E com aquele dinheiro ali ele destruiu a Natureza, pra cria mofo lá ... nos banco.”

Porém, como diz Seu Maneco, apesar da natureza em Martim de Sá ainda estar conservada, ela vem sofrendo as conseqüências da falta de conhecimento da população em geral e do avanço tecnológico, pelo qual a sociedade vem produzindo utensílios sem se preocupar com a ecologia.

“... Porque ainda o Homem num chegou pra destruir, ainda ta no tipo do Sr, ta preservado, mas ela (Martim de Sá) mesmo

assim sem destruição, ta sentindo no vácuo a força dos venenos, a força da química que tão soltando na água, que tirando a água do mar ela gira dentro dela, o rio também corre, quer dizer ... então tá indo...

Então, quer dizer, é uma coisa que eu discordo, não acho meio de ser assim ... e a Natureza cada vez ta indo embora.

... Num to vendo preservar nada, to vendo é aumentar, aumentar cidade, aumentar indústria fazer coisa mais fácil, mais automóvel, mais avião, mais navio, poluir mais a Terra.

O prástico ... de 1ª a população vivia, comprava a mercadoria em Parati, trazia era tudo em folha de papel, então largava aí, batia chuva e num instante virava adubo. Hoje o prástico ... pode acabar o país, o mundo que o prástico só vai acabar quando o mundo acabar, que é uma coisa que nunca se acaba. Rola pra lá, pode enterrar que num acaba. Se queimar polui o ar e fica aquela nata, aquela borra na terra, num desmancha, nem o fogo depois vai querer pegar nele. É uma coisa que as empresas faz os venenos, num procura colher, num procura dar um valor, pra dizer eu quero de volta de novo pra desmanchar, pra mandar de volta em outra embalagem. É uma coisa muito fora de série! Tão destruindo a Natureza! E nós vamos ficar numa situação ... aí dos coitados que vão ficar na face dessa terra daqui há uns anos vai ser muito pouco. O que eu to vendo num é do tempo do meu pai.

Meu pai de uns tempos pra cá ele num comia mais os peixes, botava na boca e sentia o gosto do óleo. Por que? Botava na boca amassava, botava fora num dava pra descer, era óleo puro! Peixe bom ainda do lado daqui que é um lugar ainda que a natureza ta forte, mas como eles anda, correndo o mar, então eles chega nas mancha de óleo, muitos vêm e se alimentam da espuma do mar, então eles se alimentam dali, muitos peixe e aí come aquele óleo. Já encontrei peixe aí na praia com plástico no estomago, pensa que é uma comida, que é claro, é branco, vão provar alguma coisa, acha, engole aquele pedaço, pronto aquilo num desfaz!

O mar ta contaminado de lixo...

O povo é muito pouco que ta preservando, muito pouco! E esse pouco que tem num dá conta, num dá conta, porque é muito pouco que ainda não compreendeu a natureza, que num dão valor, pensa que é assim mesmo: Ah... isso é assim mesmo, é assim mesmo!

... O povo malucaram e botaram pra destruir!

Carece que eles se acorda e toma jeito, enquanto ... ainda é tempo..."

Seu Maneco conta que aprendeu com seus antepassados a viver em harmonia com a natureza, porém ele acredita que as gerações atuais perderam esse conhecimento e, portanto, que elas devem ser educadas de modo a influenciar na conservação do ambiental.

“Carece que colégio vai ensinando as garotada, porque só tão ensinando aprender a lê e a escrever, isso tudo pra ser alguém na vida, e pra gente ser alguém na vida se começa a aprender com Deus, a leitura é boa, é saudável, é uma coisa bonita, mas eu não aprendi a leitura, mas eu aprendi uma coisa muito importante que eu tinha vontade que o povo conhecesse também é uma pura verdade que digo: É preservar o que ganho!

Se a gente estragasse e fizesse outro, num tinha tanto problema não. Aqui a gente compra um rádio, fabrica um rádio, estragou, num tem problema não, vai lá na loja e compra outro, tem de montão. Agora essa natureza aí ... num tem homem nenhum que faça, se ele num preserva ... num vê lá ... Adeus ...

...1º o povo ainda obedecia um pouco ainda, sabe?

Era inda assim um povo que obedecia a natureza.

Eu conheci um povo que ainda obedecia a natureza, mas agora de uns tempos pra cá, ... nem os velho mesmo ... se esqueceram! Tem muita gente, gente muito mais velha do que eu, se esqueceram, viveram muito na riqueza e no dinheiro, e se esqueceram da natureza preservar, que é uma coisa muito importante, e é da terra nós vivemos, comemos, por que é que num podemos preservar? Por que nós num podemos cuidar?

Que nem o prato, faz a comida come, vai volta a come no prato sujo? Não ... tem que lavar ... isso mesmo é a Terra. Tem que comer dela que ela dá o alimento pra gente comer, e o que é que tem que fazer?

Preservar!

O povo num tão assim ... desacordado.

...Ai, Ai...

É isso que tinha de passa nessa parte, pra vocês que são novo ainda que tem mais conhecimento e explicar ... mais ... pro povo ... tem de busca lá no fundo do povo, conhece de lá pra cá.”



5.6 A IDENTIDADE CULTURAL LOCAL

Apesar da mudança de alguns costumes, como a utilização de hospitais para o nascimento dos bebês, a família ainda mantém certas tradições como a utilização de ervas medicinais e a alimentação regulada pelas estações do ano¹⁵. Aos hábitos tradicionais de alimentação, foram adicionados recentemente os legumes e as verduras que são comprados na cidade.

Além dos hábitos já descritos, todos os entrevistados, menos Joãozinho que mora em Parati, vivem da pesca, da caça, da roça e sabem fazer canoa e rede de pesca. Por esses e outros motivos eles se consideram caiçaras:

“É aquele que trabalha na terra, que planta, que colhe, que cuida da terra, que num faz matança.”(Pedro)

“Trabalha assim na roça, vive mais distante dos outros, vive mais sozinho.”(Dona Capitulina)

“Ser caiçara é bom que ocê pesca, conhece as coisa do mato, um ajuda o outro, é todo mundo unido, o que falta o outro ajuda.”(Joãozinho)

“Eu num sei bem, mas diz que é um povo que habitou aqui, num sei se por índios, minha bisavó foi pegada no mato, uma mistura aí, de índio com nego,..., tem algum louro...”(Seu Maneco)

“Caiçara é a mão que mexe na terra” (Lindalva – Praia do Sono)

A definição de caiçara, ou de comunidade tradicional, não pelos depoimentos apresentados mas, principalmente, pelas observações de campo não parecem coincidir, na íntegra, com a descrição de DIEGUES (1996) em O Mito Moderno da Natureza Intocada, conforme exposto no quadro a seguir:

¹⁵ Assim, no verão enquanto a caça está magra, a família come peixes e frutas, como abacaxi, jaca, manga e limão, e no inverno, quando os peixes estão em período de reprodução, ela se alimenta da caça.

Figura 8: Quadro comparativo entre as noções de comunidades tradicionais de DIEGUES (1996) e as observações de campo

ABORDAGENS DE DIEGUES	OBSERVAÇÕES DE CAMPO NO ESTUDO DE CASO: MARTIM DE SÁ
<p><i>“Estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado.”</i></p>	<p>Atividades como o turismo tem permitido a acumulação de capital além de utilizar trabalho assalariado em diversas comunidades.</p>
<p><i>“Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso dos recursos naturais renováveis.”</i></p>	<p>Como muitas das Comunidades Tradicionais habitam em UC onde o desmatamento é proibido, a agricultura não é mais uma atividade facilmente observada, mesmo porque as terras que podem ser utilizadas para o plantio já estão ‘cansadas’ pelo uso excessivo, tornando a atividade mais cara que a compra dos produtos alimentícios nos centros urbanos.</p> <p>O peixe, ao menos na região estudada, está se tornando escasso e a coleta está impossibilitada pela falta de árvores frutíferas na floresta.</p> <p>O artesanato já não é feito há varias</p>

“...é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse ‘know-how’ tradicional passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação.”

“Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância”.

“Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e o limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que a interferência no meio ambiente seja pequena”.

“A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra ‘respeito’ que se aplica à natureza como também aos outros membros da comunidade.”

gerações, restando somente a prática de fazer redes de pesca.

Esse conhecimento ainda existe entre os mais velhos porém os mais novos por não plantarem, não colherem e não caçarem tendem a perdê-lo.

Muitas dessas populações já têm como principal fonte de renda o turismo.

Seja pelo turismo, seja pela população local, muitas áreas onde vivem comunidades tradicionais encontram-se em péssimo estado de conservação, com seus rios e fontes totalmente poluídos.

A ‘nova fonte de renda’ de alguns indivíduos, não todos, dessas comunidades, é a venda de terras para turistas, o que não condiz com a noção nem de conservação da natureza e muito menos com a palavra respeito, principalmente quando consideradas as futuras gerações.

A família dos Remédios apesar de modificada em relação à descrição de DIEGUES (1996), ainda se considera tradicional. Não pelas atividades que exerce mas por sentir-se pertencer a um grupo por motivos que não podem ser descritos, porém, são por eles sentidos.

Em contradição à auto denominação caiçara da comunidade local, alguns órgãos ambientais, como o IEF, acreditam que as comunidades tradicionais não existem mais. Porém, as diferenças verificadas entre a conceituação de DIEGUES (1996) e a realidade da Reserva Ecológica da Juatinga não significaram a perda da identidade cultural local - como acredita o IEF - pois esta não se baseia em um perfil rígido, mas em um processo histórico que é transformado a cada instante, conforme mencionam SCHEINER (2000), RIBEIRO (1997), CLAIR (1976) e CARTER (1999).

As diferentes identidades culturais não se traduzem em superioridade ou inferioridade cultural mas em diferenças que, segundo DAMATTA (1992), DIEGUES (1996), CARTER (1999) e RIBEIRO (1997) são tão essenciais quanto a diversidade biológica para a sobrevivência humana, pois é a diferença cultural que permite e, quando sem preconceitos, induz à reflexão sobre o próprio sistema, valores e modos de ser, agir e pensar. Essa reflexão, segundo BAUMAM (1999), é essencial, imprescindível e não acontece com muita frequência na sociedade contemporânea. Para DIEGUES (1999), a consciência da necessidade da continuidade da diversidade cultural é fundamental para a constituição de sociedades pluralistas, democráticas e sustentáveis.

Conforme afirmam SCHEINER (2000), CLAIR (1976) e DAMATTA (1992) a identidade cultural se percebe na relação entre o próprio grupo com os demais. Assim, os caiçaras de Martim de Sá se percebem diferentes dos turistas, como colocam Joãozinho e Seu Maneco:

“Caiçara já sabe como é as coisas, tipo já viu como nós anda na estiva e vocês?”(Joãozinho)

“Caiçara é nativo da terra, turista vem de fora, de outra cidade, estado, país. Pra virar caiçara tem que morar aqui, casar aqui, se não é turista também. Tem que pescar, caçar, tirar canoa, agora comprando lote... mas por enquanto não é não.”(Seu Maneco)

Apesar da diferença cultural, a relação entre a família local e os turistas foi caracterizada em outubro de 2000 por Dona Capitulina, Pedro, Joãozinho e Seu Maneco, de maneira positiva:

“ Gente muito boa, eu gosto muito”. (Dona Capitulina)

“Acho bom. Porque é uma coisa que trás um dinheirinho pro caiçara se divertir, são uma pessoa que é bom, beleza, os que são turista mesmo, mas tem também os que vem pra bagunçar, destruir, sujar...” (Pedro)

“Até que é legal, conhece um monte de pessoa legal, que até ajuda a gente. Pergunta onde que é as coisas, a gente amostra eles, vai nas cachoeira.” (Joãozinho)

“Do jeito que vem aqui 90% é bom, 10% é extraviado, mas eles se indireitam também, tem uns que são predador, num acho ruim ao menos eles deixa um dinheirim. Fiz muitos amigos, sô adotado por eles e eles por mim. Tenho prazer de viver assim, a gente faz uma família grande, é isso que tá precisando o planeta. Tenho encontrado um povo gentil e sincero e eu quero mais povo assim...” (Seu Maneco)

O aumento, em cinco vezes, do fluxo turístico entre o carnaval de 1999 e o de 2001, influenciou em uma mudança no relacionamento entre os visitantes e a família local. A família dos Remédios, durante os feriados, modificou sua rotina, passando a gastar mais tempo em atividades que tinham como objetivo servir aos turistas e, conseqüentemente, passou a ter menos tempo para desenvolver suas atividades tradicionais, como a pesca, a caça, a roça, fazer rede e canoa e contar histórias.

Enquanto o fluxo turístico era escasso - Carnaval de 1999 -, os turistas eram tratados e tratavam os caiçaras como amigos. Com o aumento do fluxo – Carnaval de 2001 – (gráfico 1) , a relação começou a se tornar hostil: os caiçaras começaram a tratar os turistas como intrusos, enquanto os turistas passaram a tratar a família dos Remédios como empregada, de forma utilitária.

Essa mudança na relação comunidade local / turistas confirma as interpretações de FREUD (1927), RIBEIRO (1997) e CARTER (1999) que dizem que o comportamento de um indivíduo (FREUD) ou de uma coletividade (CARTER e RIBEIRO) é influenciado pelo olhar do outro indivíduo ou coletividade.

Segundo as observações de CARTER (1999), a hostilidade da relação gerada pelo ecoturismo está relacionada com a curta permanência dos turistas no local e, portanto, ao curto tempo de interação entre os turistas e a comunidade. Essa afirmação pode ser questionada tendo como base este estudo de caso, já que o tempo de estadia dos turistas em Martim de Sá permaneceu o mesmo e o que variou foi o modo como a interação aconteceu, o que parece estar vinculado com o uso do tempo pela população local, e portanto com a mudança das representações turistas / comunidade local.

As mudanças no cotidiano da família dos Remédios relacionadas com o turismo, foram, também, influenciadas pela nova atividade econômica¹⁶, que refletiu em adaptações das relações familiares. Dentre as adaptações vividas pela família dos Remédios, duas foram marcantes: o retorno de membros comunitários que haviam saído de Martim de Sá à procura de trabalho – Dulcinéia, Cidinéia, Tereza e Lílian - , e os papéis e as obrigações dos homens e das mulheres.

¹⁶ Conforme menciona Laraia (1989) em sua teoria de mudança cultural, a economia de subsistência e os elementos ligados à produção constituem o grande foco de adaptação humana.

As adaptações familiares nem sempre aconteceram de maneira pacífica conforme observado nos desentendimentos entre Seu Maneco e Dona Lorença. Esta última acabou indo morar em uma casa de pau-a-pique que ela construiu ao lado da casa comum, para poder trabalhar sem a intervenção de Seu Maneco.

Seu Maneco também viveu conflitos com seus filhos e filhas conforme menciona no seguinte relato:

“... Quero força da autoridade de fora porque eu não dou conta. Eu não posso, se não, vira uma guerra contra mim ... então eu quero uma ajuda da justiça de fora pra intimidar, pra correr atrás, ajudar ..eu já tinha falado a respeito de lixo lá com meus filhos... eu vejo lixo por lá espalhado, converso até com a mulher deles, uma coisa que não querem me respeitar. Agora se a justiça ir lá i eu amostro e eles multa mesmo...”

Alguns dos conflitos parecem estar relacionados com o fato de Seu Maneco se considerar o líder, assim como é considerado por outros membros da comunidade, desejando, portanto, ter força de autoridade para auxiliar na preservação do local:

“Quem cuida dessas coisas mais sou eu. Eu mesmo! Eu sendo o mais velho do grupo, entendo mais que meus filho, do que cunhado, do que irmão, do que mulher, até a própria minha mãe mesmo, eu que entendo mais, aprendi com a natureza ...

Agora eu quero ter mais força de fora. Quero força da autoridade de fora porque eu não dou conta. Eu não posso, se não, vira uma guerra contra mim ... então eu quero uma ajuda da justiça de fora pra intimidar, pra correr atrás, ajudar ..eu já tinha falado a respeito de lixo lá com meus filhos... eu vejo lixo por lá espalhado, converso até com a mulher deles, uma coisa que não querem me respeitar. Agora se a justiça ir lá i eu amostro e eles multa mesmo...”

5.7 RECOMENDAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM MARTIM DE SÁ:

De acordo com o Estudo de Caso, parece ser necessário preparar a comunidade e o local a fim de amenizar os impactos negativos do ecoturismo, além de estabelecer a capacidade de carga de Martim de Sá que, segundo a família dos Remédios, deveria ser de 100 (cem) barracas ou 200 (duzentas) pessoas. Essa vontade expressa pela comunidade local de limitar o número de turistas contrasta com as observações realizadas por CARTER (1999). O autor afirma que, normalmente, essas populações desejam um incessante lucro com a atividade, o que tende a aumentar os seus impactos negativos. Talvez, em Martim de Sá, essa dinâmica aconteça de maneira diferente ao observado pelo autor, devido ao reduzido número de habitantes e à sua avançada faixa etária.

O limite de 100 (cem) barracas parece eliminar os impactos do desmatamento e do estresse da comunidade. Porém, 100 barracas representam 200 turistas ou 1040 (mil e quarenta) latas deixadas por feriado, que deverão, de alguma maneira, ser retiradas de Martim de Sá.

A capacidade de carga estipulada pela família está de acordo com o seu bem estar e não com a infraestrutura local que deveria ser adaptada para essa demanda. De acordo com as entrevistas e com as observações realizadas em Martim de Sá, são predominantemente duas as adaptações mais urgentes: os banheiros e o transporte dos turistas de Parati ao Pouso da Cajaíba.

Tendo em vista a temática de proteção das áreas naturais, que caracteriza o contexto local, e o interesse de Seu Maneco em ensinar aos turistas a respeitar a natureza, então, Martim de Sá poderia ter seu planejamento centrado na Educação Ambiental. Os turistas poderiam ser sensibilizados a respeitar as premissas básicas do ecoturismo: “Nada se leva a não ser o lixo, nada se deixa a não ser pegadas e nada se tira a não ser fotografias”.

Sendo a Educação Ambiental uma das principais atividades a ser desenvolvida em Martim de Sá, então, mesmo a área sendo de preservação¹⁷, a família dos Remédios poderia permanecer no local e continuar fazendo, o que há tanto tempo faz: sensibilizar os turistas para a proteção da natureza, contribuindo, assim, para a proteção do local. Deste modo Seu Maneco continuaria com seu cargo de guardião da natureza, um papel que tanto o satisfaz e orgulha.

Sendo a Educação Ambiental ponto focal do ecoturismo, outras atividades tradicionais poderiam tornar-se economicamente interessantes para todo o grupo, como, por exemplo, acompanhar os turistas para passeios em canoas ou caminhadas na floresta enriquecidas com histórias e lendas locais.

Como as facilidades existentes no núcleo receptor influenciam na escolha, pelos visitantes, do destino turístico e, portanto, no perfil dos turistas, então, assim como acontece em outras UC, a venda de bebidas alcoólicas deveria ser proibida ou, ao menos, não ser incentivada conforme propõem Seu Maneco. Ele relaciona o consumo de bebidas alcoólicas em Martim de Sá com possíveis confusões em um local onde não existe fiscalização.

¹⁷ Conforme proposto pela ONG SOS Mata Atlântica na reunião comunitária do dia 17 de Dezembro de 2001

A fim de regular o perfil dos turistas em Martim de Sá, poderia ser elaborado um Guia Turístico da Reserva Ecológica da Juatinga, no qual as praias seriam identificadas com seus atrativos e as possibilidades de entretenimento.

5.8 REFLEXÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO DE CASO

A partir das observações realizadas durante o desenvolvimento do Estudo de Caso, foi possível concluir que a atividade do ecoturismo provocou, na comunidade de Martim de Sá, mudanças no seu cotidiano, na sua economia, nas relações familiares, nas funções relacionadas aos papéis femininos e masculinos, nas representações referentes à natureza, aos próprios membros comunitários e aos turistas, além de trazer consigo a especulação imobiliária diminuindo a tranquilidade da família dos Remédios.

Os impactos negativos do ecoturismo foram rapidamente sentidos pela comunidade local e pelos turistas. Ambos reclamam da falta de planejamento para o desenvolvimento do ecoturismo e da negligência das instituições responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação da Natureza.

Os turistas reclamam, também, da falta de infra estrutura para recebe-los, dos banheiros (às vezes sujos) e do volume do fluxo turístico em alguns dos feriados. Os turistas contribuem de maneira significativa para a poluição dos rios próximos à praia de Martim de Sá e desmatam parte do mangue com a finalidade de acampar.

Por outro lado, alguns desses turistas se reuniram formando uma Organização Não Governamental – Verde Cidadania – que tem contribuído significativamente na proteção, não só de Martim de Sá, como de seus habitantes.

Assim, apesar de tantos impactos negativos gerados ou influenciados pelo ecoturismo, a situação é amenizada pelos próprios turistas, que, organizados, defendem juridicamente a comunidade, em relação à especulação imobiliária e às pressões impostas pelo IEF, denunciam a situação, quando necessário, à mídia e ao Ministério Público e auxiliam a comunidade a organizar-se de modo que ela possa se adaptar ao ecoturismo, evitando, desta maneira, tantos impactos negativos.

Deste modo, o Estudo de Caso desenvolvido na presente dissertação provoca, a partir do registro dinâmico do ecoturismo numa área ocupada por uma comunidade tradicional sob forte influência da atividade, a reflexão a respeito do desenvolvimento da atividade no Estado do Rio de Janeiro. Este estudo é também um alerta para o planejamento ecoturístico de zonas costeiras no Estado, que pouco tem considerado a identidade cultural das populações locais como bem patrimonial e como elemento de risco.

6. REFLEXÕES A RESPEITO DO ECOTURISMO

Apesar do Brasil ser um dos países mais ricos do mundo, em termos ambientais e culturais, com forte tendência para o ecoturismo, não manifestou ainda uma opção política clara para o fomento da atividade como alternativa efetiva para o desenvolvimento sustentável do país.

No caso do Rio de Janeiro, portal de entrada para o turismo brasileiro, esta questão é ainda mais evidente. É necessária que seja definida uma estratégia para o desenvolvimento do ecoturismo, numa perspectiva de sustentabilidade que minimize os riscos de descaracterização da diversidade cultural do Estado que abriga Índios, Caiçaras e Quilombolas.

O desafio de aprimorar o posicionamento do Brasil no “ranking” mundial do turismo não deve ter em vista somente o fator econômico, mas deve se basear no planejamento da atividade de acordo com as necessidades sociais e ambientais do país, para que, dessa forma, ele possa auxiliar na conservação da natureza e da diversidade cultural.

Mas para que o planejamento do turismo ocorra de forma sustentável, é necessário entender o fenômeno ecoturístico que envolve, entre outros itens, o processo de adaptação das comunidades tradicionais em relação a atividade, para que esta possa acontecer de forma a fortalecer a identidade cultural local e, deste modo, contribuir para a manutenção da diversidade cultural e para a conservação da natureza.

Também é fundamental que seja interpretada a dinâmica do turismo, em termos de tendências e possibilidades. Pois sem esse entendimento, o planejamento do turismo continuará se baseando em modelos de outros núcleos receptores, com uma visão estereotipada e repetitiva de experiências iguais, em qualquer parte do mundo. A compreensão do processo possibilitará o engajamento comunitário no planejamento ecoturístico, a fim de que a própria comunidade possa refletir a respeito de seu futuro, podendo optar por aceitar algumas mudanças culturais em prol dos benefícios do turismo e / ou administrar o processo de adaptação social, a fim de minimizar os impactos da atividade na integridade da cultura local.

De acordo com o Estudo de Caso da presente dissertação, a velocidade de crescimento do fluxo turístico varia de acordo com a maneira como o núcleo receptor é divulgado. Foi verificado que a divulgação “boca-a-boca” torna o crescimento do fluxo contínuo e mantém o perfil do turista homogêneo. Em contrapartida, os meios de comunicação de massa aceleram o crescimento do fluxo, diversificando a demanda. Os impactos gerados pelo ecoturismo tornam-se cada vez mais evidentes à medida que o fluxo turístico aumenta.

O aumento do fluxo turístico acarreta em novas atividades econômicas no local. Assim, atividades tradicionais, como a roça e a pesca, são reduzidas, para que a comunidade tenha mais tempo para atender às demandas dos turistas. Em decorrência a esse fato, a economia local passa a ter como base o ecoturismo. Assim, a comunidade começa a parecer “descaracterizada” aos turistas.

Outra conseqüência do aumento do fluxo turístico é a mudança dos padrões de relação entre os turistas e a comunidade tradicional. Esse fato parece ser influenciado

pela nova forma de uso do tempo, que acarreta na “descaracterização” das comunidade tradicional.

Quando a economia de subsistência se altera, as atividades relacionadas com as funções masculinas e femininas também são afetadas, sendo ajustadas de acordo com as novas necessidades. Também ocorre, nesse ponto, a possibilidade de retorno de membros comunitários que haviam saído do núcleo receptor à procura de emprego. Esses membros comunitários, ao retornarem, trazem hábitos de outros locais, mudando as relações, neste caso, familiares.

O aumento da demanda turística potencializa, também, conflitos de terra. Como consequência, a representação da comunidade tradicional a respeito de natureza muda, passando de um contexto divino para o significado de mercadoria.

Tendo em vista o exposto, então, é necessário administrar a relação entre os turistas e as comunidades tradicionais para que seja alcançada a sustentabilidade ambiental local. Para tal, é possível, por meio de ações planejadas, alterar a frequência, a duração e o perfil da demanda. É também recomendável que a comunidade seja preparada para o processo de adaptação ao ecoturismo.

Conforme observado em Martim de Sá, o fortalecimento da auto estima comunitária parece ser fundamental para o desenvolvimento do turismo e para conservação do ambiente natural local¹⁸. A capacitação comunitária para a relação com os turistas e para a resolução de conflitos, talvez, auxilie na melhoria da auto estima.

Para a melhoria da auto estima comunitária, talvez seja possível fortalecer a cultura local como um dos principais atrativos turísticos, pois isso implicaria na manutenção da memória do grupo e, portanto, da identidade cultural.

¹⁸ Neste caso, a comunidade se colocava como vítima da situação (aumento do fluxo turístico, degradação ambiental e os conflitos pela terra e com o IEF) e esperava por uma intervenção divina

A melhoria da auto estima comunitária, o conhecimento a respeito da motivação para a escolha do destino turístico, o volume do fluxo, seu perfil e frequência e, os níveis de engajamento comunitário para a tomada de decisões, são elementos fundamentais para que o planejamento do ecoturismo contribua para a sustentabilidade cultural e ambiental local.

O ecoturismo pode também ter esse resultado quando programado para induzir a reflexão a respeito do desenvolvimento futuro.

Deste modo, faz-se necessário planejar a atividade incentivando mecanismos para o fortalecimento da identidade cultural e das escolhas comunitárias, em termos efetivos de poder de decisão. Assim, o inventário dos atrativos, da infraestrutura e das facilidades existentes poderá ser realizado pela própria comunidade numa nova abordagem metodológica de planejamento.

Para o desenvolvimento do ecoturismo, será necessária, também, a avaliação constante do processo de implantação e operação da atividade, a partir de um sistema de sanções e de resolução de conflitos capaz de reajustar estratégias, sempre que necessário.

Esta pesquisa teve como hipótese inicial a premissa de que o ecoturismo poderia auxiliar na conservação de culturas tradicionais. A análise dos resultados deste trabalho indica que a cultura se constitui num processo dinâmico de escolhas de modos de adaptação, sem os quais – escolhas e adaptações -, possivelmente, o grupo não seria capaz de sobreviver. Portanto, a hipótese inicial foi considerada equivocada. Contudo, as observações realizadas indicam que a atividade talvez possa auxiliar na manutenção da identidade cultural local, ou seja na percepção da diversidade cultural pelo sentimento de pertencimento a um determinado grupo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. , “*Globalização: As Conseqüências Humanas*”. Ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro (1999).

BASTIDAS, E.E.R., “*Hacia unas Directrices Internacionales para Turismo Sostenible y Biodiversidad*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.

BECKER, B.K, “*Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na região Costeira*”, PNMA, 1995

BOZZANO, D. P., “*Planificación y Desarrollo de Productos Ecoturísticos desde la perspectiva de la Sostenibilidad*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.

CADEI, M. S. e IRVING, M. A, “*Turismo Sustentável com Base Comunitária: um Diagnóstico em Vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ* “(2000).

CAIXETA, Revista Exame Abril de 2001

CARTER, R.W., “*Culture and tourism in context*”, University of Queensland, Austrália, (1999).

_____ *Predicting The Impact of Tourism on Indigenous Culture* (2000).

CARDOSO, J., “*O resgate da identidade como estratégia de sobrevivência entre os índios Pataxós*”, dissertação de mestrado, programa EICOS, Instituto de Psicologia da UFRJ, Rio de Janeiro, (2000).

CASTRO, I.E. “*Turismo e Ética*”. In: *Turismo e Ética*. 1994 Pg. 15 – 31

CAVALIERI, L. “*Os Caiçaras da Juatinga: Cultura, Conflitos e sonhos*”. Monografia de graduação em Geografis, FFLCH, USP. 1999.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. e McNEELY, J., “*Directrices: ordenación de los parques nacionales y de otras zonas protegidas para el mundo*”.

CLAIR, J., “*As origens da noção de ecomuseu*”, in: *Caderno de Museologia* 03. Scheiner, T. editora, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas, Escola de Museologia. Texto 07, (2000).

COLE, M. e SCRIBNER, S., “*Culture and Thought. A Psychological Introduction*”. Rockfeller University. Canada (1974).

CORIOLOANO, L.N., *Turismo: Impactos Sócio – Ambientais*. Editora Hucitec; 2001. cap 7: “*Turismo e Degradação Ambiental no Litoral do Ceará*”.

CORREA, F., “*A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão*” (1995). UNESCO. SP.

DAMASCENO, C., “*A Ética Burguesa do Turismo*”. In: *Turismo e Ética*. 1994 pg: 43

DAMATTA, R. , “*Relativizando*”. Rio de Janeiro. Ed. Rocco. 1992

DEVALLÉS, A., “*Museu, identidades e minorias culturais*”, in: Caderno de Museologia 03. Scheiner, T. editora , UNIRIO, Centro de Ciências Humanas, Escola de Museologia. Texto 17, (2000).

DIEGUES, AC., “*O mito moderno da natureza intocada*”, 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1994.

_____ *As populações Humanas em Áreas Naturais Protegidas da Mata Atlântica*.
1996

_____ *Repensando e recriando as formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais*”. In:Gestão de recursos Renováveis e Desenvolvimento. Ed. Cortez.
1997

DORIA , C.R.C., “*Community – Based Ecotourism in Pedras Negras and Curralinho Extractive Reserves, Guaporé Rivervalley, Brasil*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.

ÉVARD, Marcel. “*O ecomuseu: apreensão da temporalidade, expressão transitória da identidade*”, in: Caderno de Museologia 03. Scheiner, T. editora , UNIRIO, Centro de Ciências Humanas, Escola de Museologia. Texto 11, (2000)

FREUD, Z., “*O Futuro de uma Ilusão*”. Obra Completa de Freud. 1927

_____ “*Civilization and its discontents*”. In: The Major Works of Sigmund Freud”

Britannica Great Books in a world system. Cambridge. 1994

GARATY, J. e GAY, P. , “ *The Columbia History of the World*”. Columbia University. Harper e Row. Nova York. 1981

GARMS, A., Turismo: Impactos Sócio – Ambientais. Editora Hucitec; 2001. cap 12:
“*O Turismo no Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai*”

GEWERTZ, D. e ERRINGTON, F., “*Twisted histories, altered contexts: representing the Chambri in a World System*”, 2ª edição, Cambridge University Press, Malta, 1991.

HAGETTE, T.M.F., *Metodologias Qualitativos na Sociologia*.

HOLANDA, A. B., Minidicionário Aurélio. 1ª ed. Ed. Nova Fronteira. 1985

IRVING, M., “*Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro*”,(2000)

_____ ”*Turismo e Ética: Premissa de um novo paradigma*”, In: Turismo e Ética (1994).Pg 32 -42

_____ e RODRIGUES, C.G.O e FILHO, N.C.N.,”*Construindo um Modelo de Planejamento Turístico de Base Comunitária: um estudo de caso*”. In: Série Documenta 10 ano VII. 1999. EICOS.

LARAIA, R. ,”*Cultura: Um conceito antropológico*”, 2ª edição, Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1989.

MARIANI, M.A. P. e GONÇALVES, M.C., Turismo: Impactos Sócio – Ambientais.

Editora Hucitec; 2001. cap 5: “*Os Impactos Ambientais Decorrentes das Atividades Turísticas no Pantanal Sul Matogrossense (MS, Brasil)*”.

MENDONÇA, R. Turismo: Impactos Sócio – Ambientais. Editora Hucitec; 2001. cap 1: “*Turismo e Meio Ambiente: Uma Falsa Oposição?*”

MORRIS, D. “*O Macaco Nu*”; Tradução de Hermano Neves “*The Naked Ape*”, Ed. Círculo do Livro, 1967.

Organização Mundial de Turismo - OMT, “*Lo que todo gestor de turismo deve saber, guia práctico para el desarrollo y uso de indicadores de turismo sostenible*”, Madrid, 1997.

_____ Mc Neely, J.A. UICN, THORSELL, J. W. , “*Directrices: Ordenación de los Parques Nacionales y de Otras Zonas Protegidas para el Turismo*”. 1990. Espanha.

PORTUGUEZ A P., Turismo: Impactos Sócio – Ambientais. Editora Hucitec; 2001. cap 4: “*A Organização Natural e Cultural na Baía de Vitória e seu entorno, e o Aproveitamento de suas Potencialidades Turísticas*”.

PROECOTUR, “*Programa de desenvolvimento de ecoturismo, na Amazônia Legal*”, in: Carta Consulta, versão COFIEIX, maio 1997.

QUEIROZ, M.I.P; DEMARTINI, Z.B.F., CIPRIANI,R.;MACIOTI, M., “*Experimentos com Histórias de Vida*”, Ed Vértice, SP

RIBEIRO, D., “*O Povo Brasileiro*”. 2ª ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1997.

RIBEIRO, W.C e FERREIRA, S.R.B. “*Turismo e Desenvolvimento Sustentável*”. In:

Série Documenta 10 ano VIII. 1999. EICOS.

SINAY, L., “*Rio Cultural: uma Nova Forma de Ver o Rio*”. Monografia de graduação em Turismo. Faculdades Integradas Hélio Alonso, Rio de Janeiro, (1998).

SCHEINER, T., “*Museologia, globalismo e diversidade cultural*”, in: Caderno de Museologia 03. Scheiner, T. editora, UNIRIO, Centro de Ciências Humanas, Escola de Museologia. Texto 21, (2000).

SOAVINSKKI, R.J. “*Program for the development of Ecotourism in the Legal Amazon Region*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.

STRAUSS, L. C. “*Antropologia Estrutural Dois*”. 3ª edição. Tempo Brasileiro. RJ (1989).

STRONZA, A. “*Revealing the True Promise of Community – Baed Ecotourism: the Case of Posada Amazônia*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.

TEIXEIRA, E.L., “*Plano de Gestão de Ecoturismo no Arquipélago de Fernando de Noronha*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.

World Wild Foundation - WWF, “*Áreas protegidas ou espaços ameaçados?*” Série técnica I, março de 1999.

WILLIAMS, S., “*Tourism Geography*”. Inglaterra. Ed. Routledge (1997).

YUNIS, E., “*Condiciones para el desarrollo Sostenible del Turismo*”. In: Conferência preparatória para el año internacional del Ecoturismo, 2002 – Desarrollo y Gestión Sostenibles del Ecoturismo en las Americas, 2001.2001

CNPq, “*Ciência e Tecnologia para a Mata Atlântica: Um Programa de Cooperação Brasil – Alemanha*” , <http://www.cnpq.Br/serviços/editais/ct/index-mata-atlantica.htm>
16 de agosto de 2001.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza- SNUC,
<http://home.techno.com.br/vidagua/snuc.htm/> 01 de agosto de 2000.

LEITURAS COMPLEMENTARES:

BATALLA, G.B., “*Identidad y Pluralismo Cultural en America Latina*”, Fondo Editorial del CEHASS, Editorial de la Universidad de Puerto Rico, Puerto Rico.

CALVENTE, M C., Turismo: Impactos Sócio – Ambientais. Editora Hucitec; 2001.
cap 6: “*O Tempo do Turismo sobre a Comunidade de Ilha Bela, SP*”.

CAMPOS, M.D., “*Traditional Communities Empowerment: Sustainability of Awareness and Knowledge About Local Socio-Natural Ecosystem Under “Modernity” Pressures*”. In: The impact of identity on local development and democracy. International research and sharing project. Culture: south – north network culture and development (2000).

_____ “*Representações, Representantes e referenciais*”.

CASTRO, E. “*Território, Biodiversidade e Saberes de Comunidades tradicionais*” In:

KOTTAK, C.P., “Assault on Paradise. Social Change in a Brasillian Village”. 2ª edição. Editora Library of Congress Cataloging – in – Publication Data (1992).

LIMA, D.M., “*Eqüidade, Desenvolvimento Sustentável e Preservação da Biodiversidade: Algumas Questões sobre a Parceria Ecológica na Amazônia*”. In: Faces do Trópico Úmido.

OGATA, M.G., “*Macrozoneamento Costeiro. Aspectos Metodológicos.*” D.F. PNUD 1995

PELLEGRINI, M.A., “*A Medicalização do Conflito: entre o paternalismo e a participação (o caso dos Yanomami)*” Pg: 100 – 10

PRIOSTI, O M., “*Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro: Território de Memória e Instrumento da Comunidade*”. Rio de Janeiro. UNIRIO / CCH. Orientadores : Josaida de Oliveira Gondar, Icléia Thiensen Magalhães da Costa, 2000 – 175 p. Dissertação. (Mestrado em Memória Social e Documento).